



INSTITUTO  
UNIVERSITÁRIO  
DE LISBOA

---

Observação eleitoral internacional e violência eleitoral em África: o caso da CPLP nas eleições da Guiné-Bissau (2004-2019)

Tony Mendes

Mestrado em Estudos Africanos

Orientadora:

Doutra Claudia Generoso de Almeida,

Professora Auxíliia Convidada

CEI - ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2022

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Observação eleitoral internacional e violência eleitoral em África: o caso da CPLP nas eleições da Guiné-Bissau (2004-2019)

Tony Mendes

Mestrado em Estudos Africanos

Orientadora:

Doutra Claudia Generoso de Almeida,

Professora Auxíliia Convidada

CEI - ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2022

## **Dedicatória**

Aos meus pais, Paulo Mendes e Maria Luísa Mendes, pelo apoio. Sempre souberam estar ao meu lado. A vossa humilde dedicação, trabalho e paciência servem-me de exemplo.

A todos professores/as, desde a escola primaria até ao mestrado, estou grato pelos ensinamentos, graças ao vosso empenho ultrapassei vários obstáculos e desafios que a vida me colocou.

À minha falecida madrinha, Lilialcana Leocandrina Iequebine Gomes Lopes, que já cá não se encontra neste planeta Terra, obrigado pelos conselhos e encorajamentos.



## **Agradecimentos**

Começo por agradecer a Deus pela vida e saúde; agradeço também à minha orientadora Prof. Dr.<sup>a</sup>. Claudia Generoso de Almeida, pela sua dedicação e disponibilidade incondicional em orientar-me, a paciência que teve e a forma como sugeriu, a sua dedicação e a alegria que não só ensinou, mas soube despertar o espírito de aprender e ser cada dia melhor.

Também quero agradecer aos meus irmãos, tios, especialmente aos tios Paulino Mendes, Paulo Mendes, vulgarmente conhecido por “Ucala kasitu”, e Eduardo Mendes.

Agradeço os meus colegas da Associação dos Jovens Pan-Africanista Revolucionário (AJOPAR), da Comissão Justiça e Paz Direitos Humanos e Desenvolvimento (CJPDHD), do ensino secundário, da Universidade Jean Piaget/Benholo, particularmente Belino Zamora Barbosa, Albertinho Jose Fomento e os meus amigos irmãos Paulo Antonio Costa e Jorge Dju.

Também o meu muito obrigado vai para a instituição ISCTE-IUL, a ESPP, para o Departamento de Mestrado em Estudos Africanos e para a Diocese de Bissau pela oportunidade e a confiança que depositaram em mim.

À Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), pela oportunidade de estágio, em especial ao Departamento de Relações Internacionais na pessoa de Dra. Ana Quartin. Obrigado por tudo!

A minha gratidão é, ainda, extensível à Global Shapers Community-Bissau Hub e a todos os seus membros, bem como aos meus colegas do mestrado.

Por fim, agradeço ao meu camarada Imanai Na Umoja pelos conselhos e ensinamentos desde os meus 15 anos, apesar de haver momentos tensos ao longo da nossa luta em prol da nossa Mama África, em particular Guiné-Bissau, Na Umoja um “pano di pinti” para ti.



## Resumo

A África Subsariana tem sido marcada por eleições multipartidárias que, muitas das vezes, terminam em violência. Na última década, o fenômeno da violência eleitoral tem merecido especial atenção por parte da academia e da comunidade internacional, sendo que as consequências deste tipo de violência política podem ser devastadoras, incluindo o conflito armado e a perda de vidas humanas.

Esta investigação analisa o papel da observação eleitoral internacional na violência eleitoral, a partir de um estudo de caso. Através de uma análise qualitativa, procurou-se compreender de que forma as missões de observação eleitoral internacional, nomeadamente da CPLP, contribuíram para episódios de violência eleitoral na Guiné-Bissau entre 2004 e 2019, recolhendo-se, para o efeito, dados de várias fontes primárias, destacando-se os relatórios exclusivos de missões de observação internacional e entrevistas semiestruturadas a atores protagonistas do processo e especialistas.

Os dados recolhidos permitiram verificar que a violência eleitoral na Guiné-Bissau ocorre sobretudo na fase pré-eleitoral e constitui uma fonte relevante de instabilidade política. Quanto ao papel dos observadores eleitorais na violência associada às eleições neste país, este não constitui um fator crítico *per se*, mas sim os atores políticos que recorrem à violência verbal através dos discursos inflamatórios que incentivam a violência, apesar da população não responder aos apelos à violência.

Os resultados desta investigação permitem questionar o papel mitigador dos observadores *per se* quando outras dinâmicas de competição e conflito relacionadas com processos históricos, nomeadamente com a independência e a democratização, estão no terreno.

Palavras-chave: eleições, violência eleitoral, observação eleitoral internacional, África Subsariana, Guiné-Bissau.





## Abstract

Sub-Saharan Africa has been affected by multiparty elections, which, most of the time, end in violence. In the last decade, this electoral violence phenomena has been given particular attention by scholars and by the international community, since the consequences of this type of political violence may be devastating, including the armed conflict and the loss of human lives.

This research examines the role of the international election observantion in the electoral violence, through a case study. Through a qualitative analysis, this research seeks to understand in which way the international election observation missions, namely those of CPLP, have contributed to episodes of electoral violence in Guinea-Bissau, between 2004 and 2009. Data was collected from several primary sources, in particular reports from electoral observation missions and from semi structured interviews with major actors and experts.

The collected data allowed us to verify that electoral violence in Guinea-Bissau occurs mainly in a pre-electoral phrase and it is a relevant source of political instability. Regarding the role of the election observers in the violence associated with elections in this country, it doesn't represent a critical factor *per se*. The political actors, who resort to verbal violence through the inflammatory speeches that incite the violence are the major critical factor, although the people don't respond to those violence appeals.

The results of this research allow us to question the mitigating role of the observers *per se*, when other competition and conflict dynamics related to historical processes, namely with the independence and democratization, are in the field.

Keywords: elections, electoral violence, international election observation, Sub-Saharan Africa, Guinea-Bissau.



# Índice

<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
Relevância do Tema e Problema de Investigação .....	1
Metodologia da Investigação .....	2
Estrutura da Tese .....	6
<b>Capítulo 1. O fenómeno da violência eleitoral na África Subariana .....</b>	<b>9</b>
<b>Capítulo 2. O papel dos Observadores Internacionais na violência eleitoral em África.</b>	<b>15</b>
<b>Capítulo 3. Democratização e conflito na Guiné-Bissau .....</b>	<b>21</b>
<b>Capítulo 4. Caracterização da violência eleitoral na Guiné Bissau .....</b>	<b>29</b>
<b>Capítulo 5. A CPLP nas eleições da Guiné-Bissau.....</b>	<b>35</b>
<b>Conclusões .....</b>	<b>51</b>
<b>Bibliografia .....</b>	<b>53</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>59</b>
Anexo A – Resultados das Eleições da Guiné-Bissau (20014-2019).....	59
Anexo B – Guião de Entrevista .....	69
Anexo C – Lista de Entrevistados .....	73
Anexo D - Violência eleitoral na Guiné-Bissau (2004-2019) .....	75
Anexo E – Curriculum Vitae .....	79



## **Índice de Figuras**

Figura 3.1. Mapa da Guiné-Bissau .....	21
--	----

## **Índice de Tabelas**

Tabela 4.1. Violência Eleitoral na Guiné-Bissau 2004-2019 .....	29
Tabela 5.1. Missões Internacionais de Observação Eleitoral na Guiné-Bissau (2004-2019)..	35
Tabela 5.2. Missões de Observação Eleitoral da CPLP .....	40
Tabela 5.3. Missões de observação eleitoral da CPLP na Guiné-Bissau (2004-2019).....	42
Tabela 5.4. Avaliação das MOE-CPLP às eleições da Guiné-Bissau (2004-2019).....	48

## Lista de Siglas

ANFREL	<i>Asian Network for Free Elections</i>
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CNE	Comissão Nacional de eleições
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
ECOWAS	Comunidade Económica dos Estados da Africa Ocidental
FMI	Fundo Monetário Internacional
GTAPE	Gabinete Técnico de Apoio ao Processo Eleitoral
IRI	<i>International Republican Institute</i>
MOE	Missão de Observação Eleitoral
MOEUA	Missão de Observação Eleitoral União Europeia
NDI	<i>National Democratic Institute</i>
OEA	Organização dos Estados Americanos
OEI	Observação Eleitoral Internacional
OIF	Organização Internacional da Francofonia
PAIGC	Partido Africano da Independência Guiné e Cabo-Verde
PRS	Partido da Renovação Social
PUSD	Partido Unido Social Democrático
SADC	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
STJ	Supremo Tribunal de Justiça
UA	União Africana
UE	União Europeia







## **Introdução**

### *Relevância do Tema e Problema de Investigação*

A presente investigação dedica-se ao tema da violência eleitoral no continente africano, em particular na Guiné-Bissau, e que tem merecido atenção na última década.

Para Salehyan e Linebarger (2015), as eleições agravam tensões sociais em cenários pouco institucionalizados, particularmente, em Estados frágeis saídos de uma guerra civil, em regimes autoritários e ou em países com instituições estatais fracas. A violência associada a processos eleitorais tem sido objeto de estudo de várias investigações académicas (Kelley, 2009; Daxecher, 2012, 2014; Burchard, 2015; Fjelde & Höglund, 2016; Birch et al., 2020), sendo que a observação eleitoral internacional tem sido considerada um fator crítico em vários estudos (Carothers, 1997; Kelley, 2009; Daxecher, 2012; Dodsworth, 2019).

Vários estudos têm considerado que a maioria dos processos eleitorais na África Subsaariana é marcada por episódios de violência eleitoral (Birch et al., 2020). Dado que vários processos eleitorais contam com a presença de observadores eleitorais, a “persistência da violência eleitoral” no continente tem também merecido a atenção por parte de organizações internacionais, no sentido de se garantir a integridade eleitoral e atenuar as ondas de violência associadas a eleições (Birch & Muchlinski, 2018; Lynch & VonDoepp, 2020).

De facto, as missões de observação eleitoral internacional desempenham um papel cada vez mais importante na monitorização e implementação dos processos eleitorais. Sarmiento (2019) refere que “as missões de observação eleitoral internacional, mesmo incluindo trabalho antes e depois do ato eleitoral, concentram a sua operação inevitavelmente durante as eleições, e têm uma ação limitada na monitorização das atividades entre as votações” (p. 57). Laakso (2002), por sua vez, considera que a prevenção de conflitos e a estabilidade podem ser questões mais pertinentes para os observadores internacionais do que a questão de eleições “livres e justas”.

A Observação Eleitoral Internacional (OEI) procura prevenir a violência durante as eleições (Beaulieu & Hyde, 2009), ao mesmo tempo que procuram conferir credibilidade ao processo eleitoral, na aplicação imparcial e efetiva de padrões internacionais. A OEI tem tido uma ação fundamental na melhoria de processos eleitorais, fornecendo outra visão e diminuindo também as tensões e as ações de violência (Sarmiento, 2019). Porém, autores apontam que se os observadores internacionais são frequentemente demasiado indulgentes e

nem sempre são imparciais (Carothers, 1997), sendo que a ocorrência de boicotes eleitorais mais que duplica quando observadores internacionais estão presentes (Kelley, 2011).

Atendendo ao referido, resulta a seguinte pergunta geral de investigação: *De que forma a observação eleitoral internacional (OEI) contribui para a ocorrência de violência eleitoral na África subsariana?*

### *Metodologia da Investigação*

Considerando a pergunta que orientou a investigação, o presente estudo é de natureza qualitativa, dado que, neste tipo de abordagem, o investigador pretende aprofundar a compreensão dos fenómenos que analisa, sem se preocupar com representatividade numérica, generalizações estatísticas e relações lineares de causa e efeito. A pesquisa de um estudo qualitativo preocupa-se com a observação, interpretação e descrição do problema, tal e qual como este é representado na realidade (Fortin, 2009).

Alinhado com a natureza qualitativa desta investigação, optou-se pelo Estudo de Caso único, nomeadamente do caso da Guiné-Bissau. O Estudo de Caso é um método que investiga em profundidade um fenómeno atual, no seu contexto da vida real, no presente, especialmente quando os limites entre o fenómeno e o contexto não são claramente evidentes (Yin, 2009). Para Yin (2009), o Estudo de Caso pode ser conduzido para um de três propósitos básicos: explorar, descrever e explicar. Bogdan e Blikken (1994), por sua vez, sublinham a importância de se depositar o enfoque na análise dos processos em vez de nos resultados.

Gil (2009, cit. por Peixoto, 2019), aborda as vantagens deste método referindo que: (i) possibilitam estudar um caso em profundidade; (ii) enfatizam o contexto em que ocorrem os fenómenos; (iii) garantem a unidade do caso, (iv) são flexíveis; (v) estimulam o desenvolvimento de novas pesquisas; (vi) favorecem a construção de hipóteses; (vii) possibilitam o aprimoramento, a construção e a rejeição de teoria; (viii) possibilitam a investigação em áreas inacessíveis por outros procedimentos; (ix) permitem investigar o caso a partir do “lado de dentro”; (x) favorecem o entendimento do processo; (xi) podem ser aplicados sob diferentes enfoques teóricos e metodológicos. Quanto às desvantagens, o autor aponta que: (i) são de difícil replicação; (ii) a sua execução exige um longo período; (iii) não favorecem a generalização; (iv) o processo de análise é complexo; (v) exigem múltiplas competências do pesquisador; (vi) a sua validade e fidedignidade são críticas.

De forma a dar resposta à pergunta de investigação, este estudo fará um estudo de caso das missões de OEI da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP) na Guiné-Bissau entre 2004 e 2019, pelas razões explicadas de seguida.

Desde logo, a trajetória política da Guiné-Bissau tem sido marcada por vários episódios de violência política, em particular golpes de Estado, na sequência de eleições, as quais nos últimos anos foram marcadas por sucessivos adiamentos das datas e por problemas no recenseamento eleitoral. Ademais, as duas últimas eleições na Guiné-Bissau de 10 de março de 2019 e de 24 de novembro do mesmo ano foram realizadas num período bastante agitado de violência, “em virtude de sucessivas crises político-institucionais” (Comissão Nacional de Eleições [CNE], 2019, p. 70). Este facto despertou a atenção da comunidade internacional no concernente à fiscalização e verificação da regularidade das diferentes fases do processo eleitoral nomeadamente o recenseamento eleitoral, a organização e o desenrolar dos atos de votação, “o apuramento e a validação do escrutínio e consequentemente, a divulgação dos resultados eleitorais” (CNE, 2019, p. 70).

Contudo, na região da África Ocidental, a Guiné-Bissau é o país que apresenta um menor nível de violência eleitoral quando comparado, por exemplo, com a Nigéria, Senegal ou Guiné-Conacri (Goldsmith, 2015). Por outro lado, as missões de OEI estiveram sempre presentes na Guiné-Bissau, desde as primeiras eleições gerais de 3 de julho de 1994, e a avaliação destas missões relativamente à qualidade do processo foi positiva, no sentido de considerarem que as eleições decorreram num clima de transparência em “conformidade com princípios internacionais para as eleições democráticas” (CPLP, 2005).

Entre os vários observadores eleitorais, destacam-se as missões da CPLP. Esta organização internacional, de carácter político e instituída em 1996, pretende garantir os direitos humanos, o crescimento e a diplomacia em todos os seus membros, tendo como base a língua portuguesa. Desde a sua primeira Missão de Observação Eleitoral (MOE) na Guiné-Bissau, nas eleições legislativas de março de 2004, a CPLP tem procurado resolver o conflito e a cíclica instabilidade política do país.

Para este estudo de caso, a análise compreendeu duas etapas. A primeira procurou caracterizar a violência eleitoral na Guiné-Bissau no período sob análise, com o objetivo de perceber em que tipo de eleição e fase eleitoral é mais prevalente, que tipo de violência e qual o actor que mais a pratica. Esta primeira análise serviu para situar o caso no padrão de violência eleitoral identificado como prevalente em África. Para tal, foram recolhidos dados de episódios de violência eleitoral a partir da *Armed Conflict Location & Event Data Project* (ACLED). Na base de dados da ACLED é possível recolher dados desagregados

detalhados de violência política em praticamente todos os países africanos. Dentro dos episódios de violência política foram selecionados aqueles relacionados com atos eleitorais. Neste sentido, considerou que a violência eleitoral refere-se à violência física e à intimidação coerciva diretamente ligada a uma competição eleitoral iminente ou a um resultado eleitoral (Straus & Taylor, 2009). Sendo que a intimidação se apresenta, desta forma, como uma estratégia usada principalmente por políticos para desmobilizar eleitores que não respondem à compra de votos e onde o risco de intimidação ser relatado é baixo. A violência eleitoral cobre, então, uma gama de diferentes manifestações e resultados, mas o conceito é unificado pelo seu componente coercivo (Birch et al., 2020).

Entende-se, com este enquadramento, que a violência pode ocorrer ao longo das três fases de um processo eleitoral: 1) fase pré-eleitoral; 2) no dia ou dias da eleição; 3) fase pós-eleitoral (Fjelde & Höglund, 2016).

O início da fase pré-eleitoral pode ser marcado por uma série de eventos e muda o foco da política do dia-a-dia para as eleições. A violência pré-eleitoral pode incluir atos ou ameaças contra as partes eleitorais interessadas, durante o recenseamento eleitoral ou campanhas eleitorais. A utilização de ameaças e intimidações durante o recenseamento eleitoral pode exortar parte da população, enquanto agressões e assassinatos durante campanhas eleitorais podem forçar os concorrentes políticos a boicotar eleições (Omotola, 2010).

Já a violência no dia das eleições inclui o roubo de boletins de voto ou urnas, agressão a agentes ou partidos da oposição e assédio ou intimidação por agentes de segurança. A violência pós-eleitoral, por sua vez, expressa geralmente uma lógica de resposta a um resultado, quer a um resultado real, quer a um resultado anunciado fraudulento (Fjelde & Höglund., 2016).

Entretanto, a investigação académica tem apontado que, na África Subsaariana, as eleições são caracterizadas por violência e intimidação. As eleições multipartidárias motivam uma competição política intensa e, muitas das vezes, desencadeiam a violência durante o processo eleitoral, nomeadamente durante a campanha eleitoral, no dia das eleições e no pós-eleitoral. Birch et al. (2020) afirmam ainda que a violência eleitoral se desenrola onde existe outros tipos de violência.

Na segunda etapa da investigação procurou-se analisar a participação e intervenção da CPLP nos principais episódios de violência eleitoral na Guiné-Bissau, desde a sua primeira missão, nas eleições legislativas de 29 de março de 2004 e de que forma esta organização internacional participou nos processos de observação eleitoral e como geriu as crises de

violência eleitoral. Para o efeito, foram recolhidos dados sobre as missões, a partir de relatórios de missões de observação eleitoral, do organismo nacional de gestão eleitoral (CNE) e de entrevistas semiestruturadas a atores de partidos políticos, representantes de organizações que levaram a cabo missões de observação eleitoral em África e na Guiné-Bissau, para além de académicos e especialistas no tema e nas questões políticas do país. Para a recolha destes dados, foi levada a cabo uma missão de investigação na Guiné-Bissau entre 7 de junho e 7 de julho de 2021, utilizando a estratégia de *snow ball* para as entrevistas. Pela natureza do tema e constrangimentos de ordem financeira e temporal, aos quais se vieram depois a juntar os constrangimentos relacionados com a pandemia do Covid-19, foi apenas possível realizar um total de 10 entrevistas (ver anexos 2 e 3). Porém, o conhecimento aprofundado dos entrevistados acerca do tema e dos processos eleitorais na Guiné-Bissau permitiu recolher dados importantes e detalhados para a compreensão do fenómeno. Importa salientar ainda a dificuldade em encontrar actores relacionados com o problema em estudo que se mostrassem disponíveis para abordar uma temática tão delicada. A questão do anonimato, aqui, tornou-se fundamental para obter os dados que foram possíveis recolher.

Destacam-se entre as fontes, os relatórios finais das missões de observação eleitoral, só após analisado o ciclo de observação eleitoral, foi finalmente possível entender este mesmo elemento e, para tal, foi inicialmente indispensável centrar a análise nos relatórios das missões de observação eleitoral e a principal origem bibliográfica para este trabalho.

Estes descrevem a avaliação global de todo o percurso eleitoral respeitado, bem como as indicações da equipa de fiscalização eleitoral para a melhoria de futuros processos eleitorais. A avaliação global do processo eleitoral pode ser positiva, se o processo cumprir os critérios e princípios internacionais para eleições livres, justas e democráticas, ou negativa se não o for. Uma avaliação global negativa e/ou a não implementação das recomendações propostas pode resultar em mudanças na relação entre o país de acolhimento e o resto do mundo, incluindo os organismos e instituições responsáveis pelas missões de observação eleitoral (Garrido, 2020).

Estas repercussões podem traduzir-se de várias formas, tais como uma redução do auxílio internacional, do investimento estrangeiro, do intercâmbio e do turismo, a exclusão de uma proposta de adesão a uma instituição internacional e a proibição de participar em fóruns internacionais, ou mesmo um agravamento das revoltas populares internas que, em situações mais graves, podem levar a uma diminuição do poder (Hyde, 2011).

Os líderes pseudodemocráticos deparam-se então com um dilema. Convocar uma missão de observação eleitoral acarreta o risco de um relatório final desvantajoso, mas se um

governo que é considerado antidemocrático pela comunidade internacional como um todo não convidar uma missão de observação eleitoral, a comunidade internacional considerará o processo eleitoral fraudulento desde o início (Hyde, 2011).

Convidar uma missão de observação eleitoral é, portanto, o primeiro passo para a manutenção do poder dos líderes pseudodemocráticos, ou seja, para transmitir um sinal favorável à comunidade internacional e aos seus próprios cidadãos de que estão a fazer os esforços necessários para democratizar o seu país e melhorar as condições de vida dos seus cidadãos. Desta forma, os líderes pseudodemocráticos têm esperança que o sinal que enviam seja suficientemente forte para impedir uma redução da ajuda internacional, a exclusão de um candidato a uma organização internacional, entre outros (Garrido, 2020).

As eleições verificadas por organismos internacionais independentes são, por conseguinte, analisadas como mais democráticas do que as não verificadas pelos mesmos. Esta presunção de processos eleitorais não observados, criada pela comunidade internacional, sujeita os líderes pseudodemocráticos a pressões para que convidem MOE e que respeitem os princípios e normas internacionais para eleições livres, justas e democráticas ao longo de todo o processo eleitoral verificado. É precisamente nesta conjuntura de pressão que se situa a relevância das MOE, que se converteram numa regra internacional a partir de metade do século XX (Hyde, 2011).

Considerando o acima exposto, ou seja, o conhecimento do que são as MOE, a sua evolução e relevância, consideramos que a análise dos relatórios de observação eleitoral na Guiné-Bissau é indispensável, não só para compreender a progressão da democracia, mas igualmente para avaliar a situação em áreas-chave para o crescimento de um país, tais como a governabilidade e a estabilização política, o respeito pelos direitos humanos e o estabelecimento de estruturas do Estado de direito.

### *Estrutura da Tese*

Para além da introdução, a presente dissertação encontra-se dividida em cinco capítulos. Os dois primeiros capítulos tratam da violência eleitoral na África Subsaariana e o papel da OEI neste tipo de violência, aludindo aos conceitos da violência eleitoral, da OEI em geral e como esta pode influenciar a violência eleitoral. Os dois capítulos seguintes focam-se na análise do caso, começando pela trajetória de democratização e conflito na Guiné-Bissau, passando depois para a caracterização da violência eleitoral neste país entre 2004 e 2019 e depois para a análise do papel das missões de observação eleitoral da CPLP. Termina-se com as

principais conclusões desta investigação, incluindo o que caso da Guiné-Bissau nos pode dizer sobre a problemática da violência eleitoral em África, apresentando-se ainda as limitações desta investigação e linhas de investigação futura.





## **Capítulo 1. O fenómeno da violência eleitoral na África Subsariana**

A violência eleitoral é um fenómeno que tem marcado vários processos eleitorais na África Subsariana. De acordo com Fjelde e Höglund (2016), a violência política continua a ser um traço generalizado de violência durante o período eleitoral em muitos dos sistemas multipartidários africanos. Burchard e Simati (2019) consideram que a violência eleitoral não é um fenómeno novo neste continente, nem é caso único, dado que existe desde a introdução de eleições multipartidárias na década de 1990. Para Kovacs e Bjarnesen (2018), o fenómeno não se limita às eleições gerais e nacionais, embora estas tendam a gerar a maior atenção.

Neste sentido, a literatura tem apontado para o traço violento dos processos eleitorais na África Subsariana, em que as eleições são caracterizadas por violência e intimidação, sendo que estas motivam uma competição política intensa e, muitas das vezes, desencadeiam a violência ao longo do processo eleitoral, nomeadamente durante a campanha eleitoral, no dia das eleições e no momento pós-eleitoral. Birch et al. (2020), por sua vez, afirmam ainda que a violência eleitoral se desenrola onde existe também outros tipos de violência.

Podemos afirmar, através do cruzamento dos dados recolhidos e dos principais estudos sobre violência eleitoral no continente africano, que o maior número de processos eleitorais na África Subsariana é marcado por este tipo de violência eleitoral tais como assassinato, intimidação e dano físico. Omotola (2010) sublinha que tal violência é perpetuada por partidos políticos no poder, “governo” ou oposição, os quais recorrem à violência com o propósito de influenciar os resultados de um processo eleitoral em curso, porque têm medo de perder as eleições/poder, o privilégio de controlo económico e receiam uma possível retaliação política.

A este propósito, um estudo de Burchard (2015) afirma que a maioria das eleições realizadas no continente africano (86%) experimentaram algum tipo de violência eleitoral, sendo um fenómeno com contorno cada vez maior nos processos eleitorais. O tema da violência eleitoral tem gerado um debate, desde logo, em torno do seu conceito, sendo que Kovacs e Bjarnesen (2018) definem a violência eleitoral como atos violentos ou coercitivos realizados com o propósito de afetar o processo ou os resultados de uma eleição.

Gutiérrez-Romero e LeBas (2020) referem que a violência eleitoral pode ser entendida como qualquer força coercitiva, incluindo assassinato, dano físico, deslocações forçadas, intimidação e interrupção do voto ou da contagem. Defendem que, globalmente, a violência eleitoral é mais provável de ocorrer antes da eleição. No contexto africano, a maior parte da

violência eleitoral ocorre antes da eleição e está associada ao partido que está no poder (Gutiérrez-Romero & LeBas, 2020).

De acordo com Birch e Muchlinski (2018), os eventos de violência eleitoral podem ser divididos em ameaças e coerção, onde as ameaças, incitação e coerção ficam aquém dos danos corporais reais e, depois, a violência física, onde a violência assume a forma de agressões e confrontos físicos violentos. Os autores consideram ainda que a violência física mais grave tem maior probabilidade de pôr em causa “a integridade eleitoral”.

Quem pratica a violência eleitoral, quando e porquê são outras importantes questões que têm conduzido a investigação académica sobre o tema. A violência eleitoral pode ser praticada pelo partido que está no poder, pelo presidente incumbente ou pela oposição, com o intuito de vencer o processo eleitoral. Estes actores usam os meios violentos acima mencionados para influenciar o processo eleitoral, devido ao medo de serem aniquilados ou pelo controlo de fontes económicas. Kovacs e Bjarnesen (2018), na sua abordagem empírica, mencionam também o poder tradicional como uma das partes que pode também praticar violência eleitoral. Daxeher (2014), por sua vez, refere que a violência eleitoral é empregue quando os concorrentes impopulares estão preocupados com a perda ou a marginalização de votos e querem aumentar a sua percentagem de votos. Para tal, a competitividade das eleições desempenha um papel importante na utilização da intimidação violenta antes ou durante as eleições.

Birch et al. (2020) consideram a intimidação como uma estratégia usada principalmente por políticos para desmobilizar eleitores que não respondem à compra de votos e onde o risco de intimidação ser oficialmente reportado é baixo. A violência eleitoral cobre uma gama de diferentes manifestações e resultados, mas o conceito é unificado pelo seu componente coercitivo.

Num estudo de Condra et al. (2018), é demonstrado que os insurgentes são frequentemente excluídos da política formal e, portanto, usam a violência para atingir objetivos políticos, incluindo ataques eleitorais, com base numa economia política de organizações rebeldes, que operam num contexto de governança competitiva com o governo.

De facto, a violência eleitoral pode materializar-se em intimidação, desvio de procedimento e a confrontação física. Birch e Muchlinski (2018) consideram que a violência eleitoral é compreendida como força coerciva, dirigida a atores e/ou objetos eleitorais, que ocorre no contexto da competição eleitoral – pode ocorrer antes, durante ou depois das eleições – e pode visar uma variedade de atores, incluindo candidatos, ativistas, oficiais de eleições observadores eleitorais, jornalistas e eleitores. Fjelde e Höglund (2016) consideram a

violência eleitoral um esforço estratégico para influenciar resultados eleitorais, que pode ser usado durante todas as fases do ciclo eleitoral para mobilizar os círculos eleitorais, tal como pode ser feito pela oposição durante um período de construção da coligação após uma eleição.

De acordo com vários estudos sobre monitorização eleitoral e violência eleitoral em África, o maior risco de violência eleitoral verifica-se no período pré-eleitoral. Von Borzyskowski (2019) fala da violência pós-eleitoral e refere que esta se relaciona com assédio violento ou tortura, podendo até assumir a forma de ataques físicos generalizados que resultam em mais de vinte mortes.

Segundo Daxecher (2014), nas eleições monitorizadas por observadores internacionais, os candidatos em exercício transferem a intimidação violenta para o período pré-eleitoral, para evitar críticas internacionais e possíveis punições.

Fjelde e Höglund (2016) referem que a violência eleitoral pode ocorrer em qualquer momento do processo eleitoral. No entanto, o deslocamento forçado de eleitores antes do registo de votos e a intimidação de candidatos durante as primárias do partido são dois exemplos de violência eleitoral que ocorrem muito antes do início da campanha eleitoral e das operações de votação. Para Daxecher (2014), uma análise empírica da violência relacionada com as eleições africanas, no período 1990-2009, mostra que a presença de observadores eleitorais aumenta a incidência de violência pré-eleitoral, mas não tem qualquer efeito sobre a violência no dia das eleições.

Kovacs e Bjarnesen (2018) referem, ainda, que o discurso étnico é um dos fatores principais de violência eleitoral em África; os políticos utilizam os discursos étnicos para motivar os apoiantes em busca de votos para poder chegar ao poder. Wilkinson (2004) argumenta que as elites reprimem ou incitam à violência étnica em função do facto de o apoio das minorias ser crucial para o sucesso eleitoral. Para Fjelde e Höglund (2016), as instituições eleitorais maioritárias são particularmente suscetíveis de levar ao uso de táticas eleitorais violentas em situações nas quais os grandes grupos etno-políticos são excluídos do Estado.

Daxecher (2014) explica que as principais causas para a ocorrência da violência eleitoral, são: neopatrimonialismo, tipo de sistema eleitoral e a administração e monitorização eleitoral.

Desta forma, o aumento da violência eleitoral na África, incluindo a sua mudança de forma e caráter, pode não estar desconectada do caráter neopatrimonial do Estado africano e da natureza da contestação pelo poder (Omotola 2010).

As sombras das projeções militares e autoritárias sobre o processo de democratização e a fraca institucionalização de arquiteturas democráticas, incluindo os fundamentos económicos

do processo de democratização, partidos políticos e órgãos de gestão eleitoral, leva a que muitos países da África Subsaariana tenha experienciado instabilidade durante períodos consideráveis (Omotola, 2010).

A violência eleitoral tem ainda várias consequências negativas e, muitas das vezes, é epicentro da instabilidade política. Kovacs e Bjarnesen (2018) dizem que tal violência corre o risco de minar a legitimidade do processo eleitoral e do sistema democrático.

Fjelde e Höglund (2016) salientam que a violência eleitoral levanta desafios particulares para os regimes democráticos, pois aumenta o risco de um regresso a um regime autoritário em África. Salehyan e Linebarger (2015), no caso do Quênia, consideram este país com o maior índice mortífero de violência eleitoral em África nas últimas décadas e apontam ainda o caso da Nigéria, nas eleições de abril de 2011, que deu o impulso para motins etno-sectoriais nos estados do norte do país, resultando em cerca de 500 mortes.

Birch e Muchlinski (2018) referem que a violência afeta as eleições em todas as regiões do mundo, mas é particularmente prevalente nas regiões: África Subsaariana, Médio Oriente e Norte de África, e Ásia. Nestas regiões, os autores afirmam que houve um aumento do número de eleições violentas que coincidiram com as liberalizações pós-Guerra Fria, que tiveram lugar em muitos países que não tinham anteriormente realizado concursos eleitorais competitivos. Reforçam que a Nigéria é um estado no qual a violência eleitoral é endémica. Salehyan, e Linebarger (2015) relatam que, nos dias e semanas antes e depois das eleições presidenciais de abril de 2007, na Nigéria, 165 pessoas foram mortas em confrontos por todo o país.

Para Fjelde e Höglund (2016), a violência eleitoral é mais provável em países com regras maioritárias e pequenos círculos eleitorais, mais do que em sistemas de representação proporcional. Por sua vez, Birch e Muchlinski (2018) entendem que a violência eleitoral tem mais incidência nos regimes “autoritários ou híbridos”, singularmente os da Ásia, do Médio Oriente e de África.

Von Borzyskowski (2019) releva, no seu estudo, a condenação do processo eleitoral pela comunidade internacional. As violências eleitorais põem em causa a democracia; Fjelde e Höglund (2016) reconhecem que a violência eleitoral generalizada do governo e da oposição prejudicaram as recentes eleições no Quênia, Nigéria e Zimbabué. Esta violência ameaça minar não só a integridade eleitoral, mas também ganhos democráticos nestes países.

Fjelde e Höglund (2016) referem também que se usa a violência física ou intimidação coerciva para reduzir a incerteza do processo eleitoral, ou seja, o uso de técnicas eleitorais violentas ou para influenciar a trajetória política após o anúncio dos resultados eleitorais. Para

tal, a violência governamental incluía todas as atividades violentas relacionadas com as eleições realizadas pelas autoridades governamentais ou pelos atores filiada ao governo. A violência da oposição inclui toda a violência relacionada com as eleições.

Para Nicolau (2002), a violência assume-se, assim, como um mecanismo de controlo político privilegiado pelo partido dominante para tentar garantir a sua perpetuação.

Em síntese, os principais estudos sobre violência eleitoral, em particular no continente africano, concentram-se em países como Nigéria, Quénia e Zimbabué (Birch & Muchlinski, 2018; Salehyan & Linebarger, 2015), existindo um debate sobre quem pratica a violência eleitoral, quando e porque o faz. Os observadores eleitorais internacionais são considerados um fator crítico, assentando a sua atuação nos valores da democracia, da boa governação e do respeito pelo Direitos Humanos (Kovacs & Bjarnesen, 2018).



## **Capítulo 2. O papel dos Observadores Internacionais na violência eleitoral em África**

A observação eleitoral visa tornar transparente e credível o processo eleitoral, promover o respeito pelos direitos humanos políticos, civis e outros direitos fundamentais, bem como possibilitar melhores perspectivas de construção da democracia a longo-prazo e contribuir para a resolução de conflitos. Laakso (2002) afirma que a observação pode prevenir violações dos direitos humanos associadas ao processo eleitoral através da própria presença e visibilidade dos observadores. Para Birch e Muchlinski (2018), a assistência eleitoral internacional tem sido instrumental na promoção da integridade eleitoral a nível mundial durante várias décadas, incluindo eleições em muitos cenários pós-conflito. As missões de OEI são uma ferramenta usada para promover a democracia, Estado de direito e direitos humanos. Através da observação, procura-se criar condições para uma transferência de legitimidade dentro de normas internacionais (Kelley, 2012).

De acordo com Daxecker (2012), a OEI tornou-se uma prática proeminente. Esta prática foi estabelecida pela primeira vez pela Organização dos Estados Americanos (OEA), a qual começou a observar eleições em pequena escala nos anos 60. As primeiras eleições observadas internacionalmente num estado soberano tiveram lugar em 1962 na Costa Rica (Beaulieu & Hyde, 2009; Vascianne, 2018). Enquadra como um projeto de assistência técnica, mas a prática propagou-se rapidamente a partir do final dos anos 80. Antes de meados dos anos 80, a maioria dos observadores era já convidado a observar eleições.

No que concerne a observação eleitoral num estado soberano, Laakso (2002) afirma que a soberania pode ser abordada ao analisar, tanto a questão da razão pela qual certas eleições são observadas, como a conduta prática desta observação. Para tal, a soberania do Estado no contexto da OEI parece diferente quando abordada de diferentes perspectivas ao longo do tempo e do espaço. Laakso (2002) diz que o argumento do Mugabe, de que somos um “Estado soberano e independente” contra a pressão da União Europeia (UE) para enviar observadores ao Zimbabué, acentuou a importância do passado, no sentido em que relembram quando estes não eram independentes e agiam sobre a alçada de outros países, sendo que, neste momento, não se encontravam dispostos a ceder, especialmente considerando que a legitimidade do regime de Mugabe assentava na liberação do país.

A OEI tem um papel importante nos surtos de violência eleitoral que ocorrem na África Subsariana; nomeadamente através da promoção da transparência e da responsabilização, para ajudar a garantir a integridade do processo eleitoral, bem como o reforço da confiança

pública no processo eleitoral para atenuar o fenómeno de violência eleitoral e melhorar a qualidade das eleições (Dodsworth 2019, Daxecker 2012, Sarmiento, 2019).

O objetivo da OEI é o tornar o processo eleitoral mais transparente para dissuadir a fraude eleitoral e reduzir a potencial agitação violenta, tornando-o mais credível com consideração por todos os intervenientes (Daxecker 2012, Sarmiento 2019, Dodsworth 2019).

Birch e Muchlinski (2018) referem que a prevenção da violência eleitoral foi, no entanto, reconhecida apenas recentemente como um subtipo distinto de assistência eleitoral internacional, ou seja, programas organizados, empreendidos ou geridos por organismos não baseados no Estado em questão, que procuram melhorar a integridade eleitoral. Daxecker (2012) considera que o objetivo fundamental da observação eleitoral internacional é avaliar a qualidade do processo eleitoral.

Para Beaulieu e Hyde (2009), o papel dos observadores é, no mínimo, oferecer uma avaliação independente do processo eleitoral no âmbito de um programa mais vasto de promoção da democracia. Dodsworth (2019) considera, não obstante, que os observadores internacionais são notórios por desculparem eleições de má qualidade na África Subsaariana, utilizando como argumento o facto de representarem “um passo na direção certa”, isto é, sendo que já se encontram a observar, podem desculpar as ações não diplomáticas que ali acontecem.

Segundo Laakso (2002), os observadores precisam de ser “figuras” visíveis, contrastando com a conceção comum de que deviam manter um perfil neutro, que não se deve fazer declarações pessoais, e que não devem falar com os meios de comunicação durante a campanha. Para Moreira (2016), o papel dos observadores é o de verificar se, realmente, os factos ocorridos ao longo de um processo de escolha popular ou se as circunstâncias nas quais o processo ocorreu correspondem aos critérios internacionais de boa governança eleitoral. Kelley (2009) critica as avaliações que os observadores fazem das eleições, já que o autor considera que as avaliações muitas das vezes são controversas e não discutem padrões predominantes.

Para Smidt (2016), embora os observadores eleitorais internacionais tenham por objetivo dissuadir a violência pós-eleitoral por parte de todos os atores envolvidos nas eleições, a sua influência sobre os governos e os grupos da oposição é diferente. Este autor defende que os observadores não podem dissuadir a repressão após eleições altamente fraudulentas, mas a sua vigilância em relação às más práticas eleitorais alivia os incentivos dos grupos da oposição à violência pós-eleitoral.



No entanto, a literatura também aponta perspectivas opostas. Segundo Daxecker (2014), a presença dos OEI contribuiu para o aumento da violência eleitoral. Também Smidt (2016) refere que os OEI incitam involuntariamente os grupos de oposição a organizarem a violência, uma vez que os grupos de oposição procuram beneficiar da atenção e do apoio internacionais que vem com a presença de observadores.

Daxecker (2012) acredita que as eleições fraudulentas observadas pelos observadores internacionais são mais suscetíveis de serem seguidas de violência pós-eleitoral. Para tal, quando os observadores internacionais observam laços irregulares que possam ter afetado o resultado das eleições, as suas avaliações fornecem informações credíveis sobre a extensão da manipulação. A eleição condenada pela comunidade internacional suscita as ondas de violência por parte da oposição. Os observadores podem também procurar transferir a utilização estratégica da violência, assédio e fraude para período pré-eleitoral Daxecker (2012)

Dodsworth (2019) refere, por outro lado, que a OEI ainda não é universal. Além disso, a presença (ou ausência) de observadores eleitorais não é aleatória, na medida em que estes devem ser convidados pelos governos em exercício, sendo que estes podem recusar o convite de observar as eleições, se entenderam que a sua presença pode simplesmente legitimar a reeleição do presidente incumbente ou do regime autoritário. Para Beaulieu e Hyde (2009), os observadores eleitorais internacionais só devem acompanhar uma eleição a convite do governo em exercício.

Dodsworth (2019) refere que, durante décadas, a OEI tem sido o tipo de assistência mais estabelecida, mais visível e, muitas vezes, mais bem financiada pela democracia. Para Laakso (2002), a democracia e as eleições têm sido promovidas pela comunidade internacional como um meio de gerir conflitos civis.

Em África, a presença de observadores eleitorais coincide com a vaga de democratização no início da década de 1990, em que as realizações de eleições gerais multipartidárias contaram com a presença dos observadores internacionais das Nações Unidas no terreno para aumentar a confiança pública nos processos eleitorais (Garrido,2020). Neste sentido, segundo Laakso (2002), as missões internacionais de observação eleitoral tornaram-se uma parte mais ou menos normal da política eleitoral em África.

A observação eleitoral é vista como uma via possível para promover a democratização. Com efeito, Carothers (1997) considera que a OEI tem contribuído imensamente para a disseminação de padrões básicos relativos à administração eleitoral. Para atenuar a violência, Birch e Muchlinski (2018) consideram que deve haver formação policial, o planeamento da

segurança, o reforço da capacidade do corpo eleitoral, as mensagens de paz, os códigos de conduta, os fóruns de partes interessadas e a defesa da paz, por grupos da sociedade civil.

Para a organização *National Democratic Institute* (NDI, 2014), os observadores devem analisar todos os aspetos de todo o ciclo eleitoral, de forma a identificar potenciais fatores de risco e pontos de tensão, incluindo o enquadramento legal, o registo eleitoral, a constituição, a formação e preparação da comissão eleitoral, o registo de candidatos e partidos, a campanha eleitoral, o ambiente dos meios de comunicação social, a educação dos eleitores, o processo de votação e contagem, o apuramento e publicação dos resultados das eleições e a campanha eleitoral.

Laakso (2002) refere que a visibilidade dos observadores sublinhou a importância geral da responsabilidade internacional do Zimbabué sobre as eleições, o que, sem dúvida, foi muito importante para a oposição. Ainda salienta que os grupos cívicos também argumentaram que os observadores tiveram influência positiva nas eleições, especialmente os observadores que estiveram presentes no país semanas antes do escrutínio.

Sarmento (2019) refere que os objetivos imediatos de cada MOE estão intimamente ligados à prevenção da fraude e intimidação, fortalecendo a confiança do público nos processos de voto através da presença de observadores. A longo prazo, as missões procuram produzir um conjunto de recomendações que visam melhorar os processos democráticos em torno do processo eleitoral.

Em 2000, as organizações intergovernamentais institucionalizaram a prática de observação de eleições como procedimento para promover as normas e valores democráticos e este mereceu a preocupação da União Africana (UA) e das organizações sub-regionais nomeadamente: a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), Comunidade Económica para o Desenvolvimento da África Ocidental (CEDEAO), Organização Internacional da Francofonia (OIF) e CPLP.

Várias missões de OEI observam eleições em África. De acordo com Sarmento (2019), as missões de OEI realizam-se em âmbitos institucionais diversos, desde Organizações Não Governamentais (como o *The Carter Centre*, o NDI, a *Asian Network for Free Elections* [ANFREL], ou o *International Republican Institute* [IRI]) e organizações supranacionais (como a UA, a OAS, a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental [ECOWAS], a SADC, a CPLP, ou a *Commonwealth*).

Apenas como ponto de referência, também a UE tem um papel muito importante no processo eleitoral em África, tanto em termos de apoio técnico como financeiro, assim como as Nações Unidas. Segundo Sarmento (2019), a UE é uma das instituições que tem mais

recursos dedicados à observação eleitoral e, de 1993 a 2018, realizou 189 MOE em mais de 60 países, sendo que, das 63 missões realizadas entre 2010 e 2015, mais de metade foram em África.

Não obstante, a observação eleitoral em África tem suscitado um importante debate sobre o papel desta observação. Destaca-se, por exemplo, Dodsworth (2019) que aponta para uma incoerência na aplicação de padrão pelos observadores ocidentais. Segundo a mesma autora, o duplo padrão é parcialmente explicado pelo “viés de progresso”, uma tendência a tolerar falhas nas eleições que melhoraram em relação às realizadas anteriormente. Para tal, de 2002 a 2012, a aplicação de um padrão duplo pelos observadores é muito mais difícil de explicar. No entanto, na tentativa de explicar o duplo padrão, Dodsworth (2019) aponta fatores de violência eleitoral e o desejo de proteger as relações com parceiros estratégicos, assim como o fator da geopolítica (fundamento que as MOE em África desempenham uma mera estratégia da política externa para alcançar os fins).

Kelley (2009) argumenta que os observadores eleitorais, por vezes, apoiam eleições para proteger os interesses dos seus Estados membros ou doadores ou até para acomodar outras normas organizacionais obrigatórias. Para Abbik e Hesselning (2000), os mandatos dos observadores, muitas vezes, formam algo não suficientemente claro; os seus relatórios são, frequentemente, indevidamente apropriados por governos africanos que os “moldam” a seu favor.

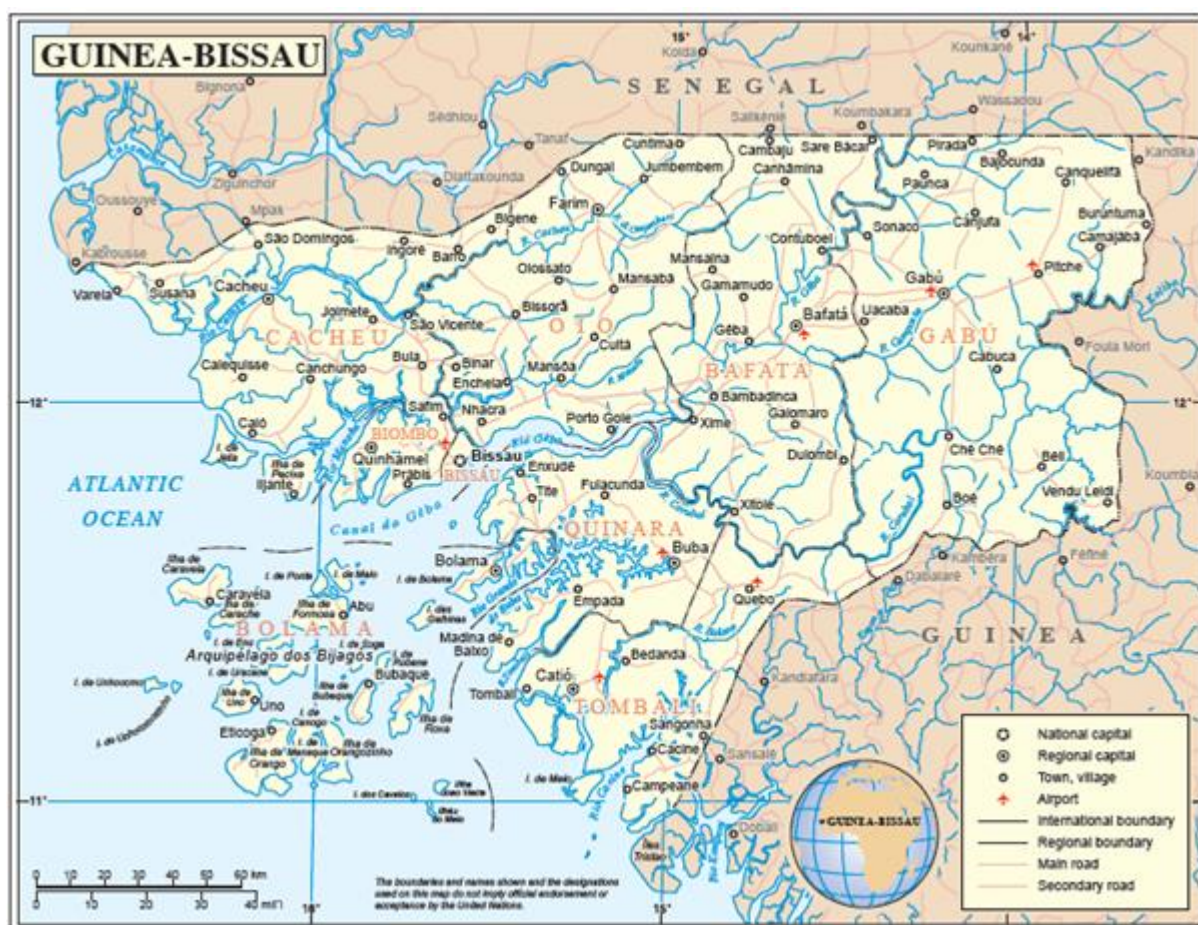
Por outro lado, as declarações dos observadores internacionais quanto à qualidade do processo eleitoral, por vezes, provocam a ocorrência de violência. Ao utilizar dados sobre a violência pós-eleitoral em trinta e oito países da África Subsaariana desde 1990, von Borzyskowski (2019) mostra que as eleições condenadas internacionalmente são mais suscetíveis de se tornarem violentas do que as eleições não condenadas. De facto, o autor fundamenta que, ao emitir um veredicto negativo (isto é, alegando fraude significativa nos votos), os observadores internacionais colocam dúvidas sobre a credibilidade da eleição. Essa condenação fornece legitimidade aos perdedores das eleições para contestar o resultado das eleições e facilita a mobilização entre os apoiantes dos perdedores.

Em síntese, os principais estudos sobre o papel dos observadores internacionais na violência eleitoral em África reforçam duas situações distintas. Primeiramente, a OEI pode prevenir situações de fraude, corrupção e violência durante as eleições (Beaulieu & Hyde, 2009; Daxecker, 2012; Moreira, 2016), mas outros estudos defendem que, seja pelo desejo de proteger as relações com parceiros ou por fatores geopolíticos, as MOE em África desempenham uma mera estratégia da política externa (Dodsworth, 2019), o que pode vir a

desempenhar um fator crítico na violência eleitoral, visto que as MOE são algo tendenciosas nesta região, afetando portanto a sua eficácia.

### Capítulo 3. Democratização e conflito na Guiné-Bissau

A República da Guiné-Bissau fica na costa ocidental de África, que faz fronteira a norte com o Senegal, a este e sudoeste com a Guiné-Conacri e a sul e oeste com o Oceano Atlântico. O país tem uma superfície de 36 125km<sup>2</sup>, no qual 22% representam zonas fluviais e litorais. O país está subdividido em 2 partes, a continental e a insular, tendo a parte continental cerca de 300 000 km e, de largura, entre 200 a 250km (figura 1).



**Figura 3.1. Mapa da Guiné-Bissau**

Fonte: [www.bing.com](http://www.bing.com) (acedido em abril de 2022)

A Guiné-Bissau conta com uma população estimada de 1,8 milhões de habitantes (Agência Lusa, 2018), dispersados em 8 regiões administrativas do país. O país apresenta uma taxa média de crescimento demográfico de 2,5%, com a previsão de que o país poderá atingir cerca de 2 milhões em 2025. De acordo com Có (2010),

a Guiné-Bissau é um país com mais de uma dezena de grupos étnicos representativos, distribuídos nas oito regiões do país, incluindo a capital Bissau (...) Este mosaico é

constituído, por um lado, pelos muçulmanos (liderados maioritariamente pelos Fulas, Mandingas e Biafadas), por outro, pelos animistas (liderados maioritariamente pelos Balantas, Manjacos, Pepeis e Mancanha). (p.6)

Em termos políticos, Pinhel (2018) afirma que “o sistema de governo vigente na Guiné-Bissau é um Sistema misto, semipresidencialismo com pendor presidencial” (p. 3). Para tal “o Sistema eleitoral vigente na Guiné-Bissau trata-se do Sistema representação proporcional, de Hondt” em que “os deputados da nação são eleitos através dos círculos eleitorais existentes em todo território nacional e na diáspora” (Pinhel, 2018, p.38).

Após 11 anos de luta pela independência contra o colonialismo português, foi internacionalmente reconhecida a independência da Guiné-Bissau em 24 de setembro de 1973. O país foi governado pelo Partido Africano da Independência Guiné e Cabo-Verde (PAIGC) num regime de partido único até ao ano de 1991, com a introdução do multipartidarismo com um sistema de governo semipresidencial, no qual o presidente é o chefe de Estado e o primeiro-ministro é o chefe do governo (Bruneau, 2017).

A trajetória política da Guiné-Bissau independente foi marcada por episódios de instabilidade política materializada em vários golpes de Estado. Em 14 de novembro de 1980, o major João Bernardo ‘Nino’ Vieira deu um golpe de Estado bem-sucedido em Bissau, após desentendimentos com o presidente desde 1974, Luís Cabral, sobre propostas de emendas constitucionais. O golpe acabou com todo o pensamento de união da Guiné com Cabo Verde. As relações foram rompidas e, alguns meses depois, a ala cabo-verdiana do PAIGC mudou de nome e formou um novo governo para as ilhas (Semedo, 2021).

De acordo com Ture (2017), o final da década de 1980 foi marcada por uma crise financeira que desorganizou profundamente os sistemas políticos de muitos países em desenvolvimento da Europa Oriental. Ao mesmo tempo, o continente africano estava imerso numa profunda crise económica. Alguns países da África Ocidental, como a Guiné-Bissau, o Mali, Burkina Faso, Gana, Costa do Marfim e Senegal, vinham tentando superar a crise ao apelar à ajuda de organizações financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (Ture, 2017).

A primeira década do regime de partido único na Guiné-Bissau foi marcada por lutas de poder dentro do partido PAIGC, com a abolição do cargo de primeiro-ministro e o surgimento de um culto à personalidade, através da concentração dos poderes presidenciais (Ferreira, 2004). Acrescenta-se ainda que, em 1985, o vice-presidente Paulo Correia estava entre as seis figuras políticas mais importantes que foram executadas numa tentativa de golpe de estado.

Sob pressão da comunidade internacional, especialmente de França e Portugal, Nino Vieira permitiu uma liberalização interna gradual do regime político, com vista à implementação de uma democracia plena. Em 1990, Nino Vieira aceitou os princípios de um sistema político multipartidário. Os anos que se seguiram representaram um período de transição durante o qual novos partidos políticos foram formados, a liberdade de imprensa foi estabelecida, a atividade sindical foi permitida e a pena de morte abolida. Embora as primeiras eleições multipartidárias, em julho/agosto de 1994, não tenham gerado nenhuma alteração na distribuição do poder, estas marcaram o início de um aumento da atividade política por parte da oposição (Mendes, 2010).

Apesar do progresso económico de meados da década de 1990 em diante, o regime de Nino Vieira foi enfraquecido pelo seu autoritarismo arraigado, que fomentou o descontentamento entre a oposição política e os militares (Ferreira, 2004). As tentativas de modernizar as forças armadas ao promover os soldados mais jovens e desmobilizar os veteranos da luta de libertação que constituíram o braço armado do PAIGC, os atrasos no pagamento dos salários e a interferência política na gestão dos militares contribuíram para o surgimento do conflito violento, bem como a aposentadoria forçada do Chefe das Forças Armadas, brigadeiro Ansumane Mané, pela sua suposta assistência ao movimento rebelde separatista na província de Casamance, no vizinho Senegal (Sangreman et al., 2006).

Em maio de 1991, o regime do PAIGC, liderado pelo presidente Nino Vieira, iniciou a primeira tentativa para uma reforma político-administrativa. Reviu a constituição de 1984 para, entre outras alterações, abolir o artigo IV da constituição, que consagrou o PAIGC como a principal força política da sociedade e do Estado e, simultaneamente, aprovou a nova lei que permitiu o multipartidarismo e a liberdade de imprensa. Também permitiu que as instituições formais fossem eleitas democraticamente, instituindo então a separação de poderes (legislativo, judiciário e executivos) e grupos da sociedade civil razoavelmente bem organizados. A partir daí, a Guiné-Bissau foi, na época, classificada como um país a caminho da democratização.

A Guiné-Bissau, como um dos países mais pobres do mundo (Banco Mundial, 2018), não poderia escapar à vaga de democratização no continente. De 1991 a 1992, mais de 20 partidos políticos foram legalizados como resultado da democratização. Três anos após a introdução das primeiras mudanças à constituição, eleições legislativas e presidenciais foram realizadas pela primeira vez na história do país. As eleições foram consideradas, por unanimidade, como livres e justas pela comunidade internacional. Após esses resultados, o

governo foi formado tendo em conta o resultado das eleições. O PAIGC saiu como vencedor das eleições, com base nos resultados das eleições (Sangreman et al., 2005).

Mais um episódio de violência política iria marcar a Guiné multipartidária. A revolta militar de 7 de junho de 1998 levou a nove meses de guerra civil, durante a qual morreram 2000 pessoas, atividades económicas e sociais ficaram paralisadas e a maior parte da infraestrutura existente foi destruída (Ferreira, 2004). Apesar da intervenção das tropas da Guiné-Bissau e dos vizinhos, Senegal e Guiné-Conacri, em apoio ao presidente, e das prontas expressões de desaprovação internacional da revolta contra o governo democraticamente eleito, a junta militar que liderou a insurreição teve o apoio da população e da maioria das forças armadas (Sangreman et al., 2005).

Após várias tentativas de negociação e acordos fracassados, o conflito armado terminou com a assinatura do Acordo de Paz de Abuja em novembro de 1998, na sequência do esforço conjunto de mediação da CPLP e da CEDEAO. O acordo previu uma partilha de poder entre as forças beligerantes; a criação de um governo de unidade nacional que facilitaria a realização de eleições; a retirada das tropas estrangeiras da Guiné-Bissau; e o estabelecimento de uma pequena força de manutenção da paz para apoiar a implementação destes termos (Ferreira, 2004).

No entanto, a criação do novo governo de unidade nacional, em fevereiro de 1999, com representação tanto pela parte do presidente como pela junta militar foi estabelecido no acordo de paz de Abuja, não conseguiu evitar a escalada das tensões entre o presidente e os militares, especialmente em relação ao desarmamento da guarda presidencial (Ferreira, 2004; Rudebeck, 2001). Ferreira (2004) acrescenta que, após várias violações do cessar-fogo e reuniões entre Nino Vieira e Ansumane Mané, Nino Vieira foi deposto em maio e obteve asilo político em Portugal. A junta militar anunciou que não tinha qualquer intenção de assumir o poder e manifestou a sua confiança no líder do governo de transição de Francisco Fadul. Em julho de 1999 houve melhorias de condições políticas e de segurança no país e procedeu-se à retirada das últimas forças de manutenção da paz (Rudebeck, 2001). No entanto, os sinais políticos do governo de transição, incluindo a transparência na gestão dos recursos do estado, a introdução de mecanismos de vigilância dos direitos humanos, a redução da ingerência militar na esfera política e o envolvimento da sociedade civil na reconstrução do país, não foram complementados por apoios internacionais, tanto financeiros como políticos (Ferreira, 2004). Após a Mesa Redonda de doadores ocorrida em maio de 1999, durante a Conferência para a Guiné-Bissau, em Genebra, foram prometidos 220 milhões de dólares, dos quais apenas 6 milhões foram entregues ao país entre o fim do



conflito e a realização de eleições (Ferreira, 2004). Isso levou a uma sensação geral de frustração e decepção na Guiné-Bissau: a comunidade internacional foi considerada como tendo renegado os seus compromissos. Os atrasos na alocação de recursos internacionais, supostamente devido à saída do Presidente Nino Vieira (que foi considerado pelos doadores como um "facto político novo"), tornou impossível, para a unidade do governo nacional, a execução dos seus programas, atrasando importantes medidas de desenvolvimento (Ferreira, 2004).

Kumba Ialá e o Partido da Renovação Social (PRS) venceram as eleições legislativas e presidenciais no final de 1999, graças em grande parte ao voto dos balantas (Sangreman et al., 2005). Esta etnia, que constituiu a principal força de combate de Amílcar Cabral durante a luta de libertação nacional foi, posteriormente, marginalizada pelo regime de Nino Vieira.

Após as eleições, a disputa pela legitimidade entre um governo democraticamente eleito e uma junta militar cujo líder continuou a ter *status* igual ao do presidente da república levou à deterioração de uma política muito frágil. O problema foi "resolvido" pelo assassinato de Ansumane Mané, em novembro de 2000, no curso de uma tentativa malsucedida de o governo reafirmar o controlo sobre o Exército. Isso introduziu uma nova dinâmica para a situação e instantaneamente produziu um novo mártir aos olhos da população. Apesar disso, o incidente contribuiu para a criação de novos 'Ansumanes' dentro do coração das forças armadas, sendo que estes indivíduos foram capazes de exercer uma grande influência sobre a situação política.

A dissolução da aliança ocorreu em janeiro de 2001, após outra remodelação ministerial inesperada. Isso agravou a atmosfera de instabilidade política e exacerbou as tensões entre as forças políticas rivais.

Em 2002, as críticas dirigidas contra o governo de Kumba Ialá aumentaram. A insatisfação social manifestou-se em constantes protestos e greves numa capital na qual até mesmo o fornecimento de água e luz não era assegurado. Ao nível externo, o apoio internacional aparentemente incondicional começou a diminuir a partir de 2002. Por exemplo, o FMI suspendeu a assistência orçamentária aos guineenses e abandonou todas as tentativas de implementar um programa de redução da pobreza e crescimento, uma componente essencial na parceria entre o governo guineense e a comunidade de doadores. À medida que a base política do presidente diminuía, tornou-se cada vez mais dependente do apoio étnico. Com efeito, o conflito de 1998 e o difícil equilíbrio de poder pós-eleitoral levou a um aumento na importância dada à etnia (Furtado, 2005).

As constantes violações dos direitos humanos perpetradas neste período contribuíram para a deterioração da estabilidade interna. A limitação no acesso a jornais, o encerramento de estações de rádio e a proibição de transmissões de televisão refletiram as restrições que foram colocadas nos *media* em Bissau. Além disso, a dissolução da Assembleia Nacional por Kumba Ialá, em novembro de 2002, ilustrou o domínio do poder executivo sobre o legislativo e judiciário. O colapso do governo mergulhou o país numa situação de paralisia total, para a qual o novo executivo nomeado pelo presidente parecia incapaz de oferecer uma alternativa viável (Ferreira, 2004).

As constantes substituições de primeiros-ministros e outros membros do governo por capricho presidencial, juntamente com os seus discursos não estruturados, como a sua intenção de mudar a capital para Buba, uma pequena cidade a 200 quilómetros de Bissau, ou a sua ameaça para invadir a Gâmbia, levantou dúvidas sobre a saúde mental de Ialá, especialmente a partir de 2002. A realização de eleições antecipadas foi vista como a única maneira de sair da profunda crise na qual a sociedade guineense se encontrava.

No entanto, as eleições marcadas para 20 de abril de 2003 foram atrasadas várias vezes – 6 de julho e, depois, a 12 de outubro – supostamente devido à falta de uma lista de eleitores. Os atrasos ameaçaram comprometer a legalidade dos prazos estipulados pela lei eleitoral do país. Além disso, houve acusações de partidos de oposição de fraude perpetuadas durante o recenseamento eleitoral, que foram confirmadas após investigação pela CNE. Isto ameaçou a validade do processo de votação, o que pode ter levado a um colapso total da ordem (CPLP, 2003).

A falta de estabilidade política e da liderança na Guiné-Bissau cria um campo social de existência da potencial banalização das instituições de estado. Se a persistência de uma cultura de banalização do caos ainda não se pode considerar generalizada, isto deve-se à convicção forte da população de que a liderança de um “chefe” pode cumprir as expectativas de vida melhor que a independência prometeu. Se essa esperança se concretiza, ou não, na figura de Domingos Simões Pereira é ainda especulação, embora a reação das pessoas nas ruas de Bissau ou em zonas de Lisboa com forte presença guineense seja suficiente para colocar essa possibilidade. Essa esperança não se concretiza, de certeza, na figura do presidente Jomav.

Assim, o CNE (2019), no seu relatório final sobre as eleições legislativas e presenciais, afirma que

a história política da Guiné-Bissau, desde os anos 80, tem sido caracterizada por uma cíclica instabilidade, reflexo de convulsões político-militar e institucionais que

repetidamente, tem devastado o país, com golpes de estado e assassinatos bárbaros de figuras políticas e militares (p. 30).

Acrescentando ainda que “em 2012, a campanha eleitoral para 2º volta das eleições presidenciais foi interrompida por uma elevação militar que destituiu o presidente da república interino e o primeiro-ministro candidato apoiado pelo PAIGC” (p. 31).

Em 23 de junho de 2014, foi eleito o Presidente da República José Mário Vaz, apesar da instabilidade política ter continuado sendo que foram empossados vários primeiros-ministros.

Recentemente, foi publicado, pelo Jornal Expresso (2020), que a atmosfera na Guiné-Bissau é de paz podre. Ao provar que as eleições são apenas parte do processo democrático, a Guiné-Bissau está, de novo, mergulhada numa crise política na sequência das presidenciais de 29 de dezembro de 2019, onde houve resultados impugnados, desobediência da Comissão Nacional Eleitoral ao Supremo Tribunal de Justiça, um vencedor anunciado que se autoproclama Presidente da República e destitui o chefe do Governo, militares que voltam a ocupar instituições nacionais e a escuta dos apelos da diplomacia internacional é incerta.

O que esteve na origem da atual crise na Guiné-Bissau?

Em 29 de dezembro decorreram as eleições presidenciais. Os dois principais candidatos ao cargo eram Umaro Sissoco Embaló, apoiado pelo MADEM G15, a principal força da oposição, e Domingos Simões Pereira, presidente do PAIGC. O resultado do voto apresentado pela CNE dava a vitória a Sissoco, com 53,55% dos votos, contra 46,45% de Simões Pereira, que impugna a eleição a 3 de janeiro junto do Supremo Tribunal de Justiça (STJ), devido a “falhas grosseiras graves” de várias naturezas. Na ausência do Tribunal Constitucional, que não existe na Guiné-Bissau, o STJ é a instância máxima para dirimir qualquer contencioso neste caso eleitoral. O Tribunal concluiu, de acordo com os termos da impugnação, haver falhas grosseiras graves que podem pôr em causa a verdade eleitoral. O plenário do STJ decide ordenar à CNE que proceda ao “apuramento [eleitoral] *ab initio* e ininterrupto”. A CNE desobedece e recusa-se a fazer a recontagem dos votos. Pelo meio, tornam-se conhecidas irregularidades com as atas distritais, que não teriam sido assinadas por todas as partes. Na ausência destas, perguntava-se com que base foram apresentados os resultados do escrutínio? Que atmosfera se vive no país?

Os bancos e as casas comerciais funcionam, a circulação das pessoas é regular, mas há rumores de um crescente descontentamento nos quartéis e receio de um ajuste de contas e de caos, se o impasse político se prolongar. Em 2020, os militares investiram e fecharam o Parlamento, depois de já terem o feito o mesmo com o Palácio do Governo e com o Supremo Tribunal da Justiça, com vários Ministérios e com a Televisão pública e a Rádio Nacional. O

PAIGC, a maior força política guineense, tem vindo a chamar os seus militantes e apoiantes a dirigirem-se para a sede central no partido, ao lado do palácio presidencial, a fim de prevenirem a eventual ocupação e saque das suas instalações.

De um lado está o PAIGC, no outro lado, está o Movimento da Alternância Democrática, a principal força da oposição, com 27 deputados. É o partido que patrocinou a candidatura presidencial de Sissoco Embaló. Este foi criado por desertores do PAIGC, após a dissidência de um grupo de 15 deputados da bancada do PAIGC na precedente Legislatura, daí a sigla G15. Sissoco tem ainda o apoio do PRS, partido do falecido Presidente Kumba Yalá, com 21 deputados.

Pronunciado vencedor pela contagem da CNE e sem esperar pelo resultado do processo de impugnação, Sissoco Embaló parte de imediato em visita diplomática ao estrangeiro e é recebido, entre outros, pelo Presidente e pelo primeiro-ministro de Portugal, recebendo também felicitações por parte das chefias de numerosos Estados. De regresso a Bissau, Embaló autoproclama-se Presidente da República da Guiné-Bissau, numa altura em que o STJ ainda analisa o recurso de contencioso eleitoral. Dando início a mais um momento de alta tensão política, Embaló destituiu o primeiro-ministro Aristides Gomes – que denunciava horas antes a “expansão da violência” e um “bloqueio total do país” – e nomeia para o seu lugar Nuno Nabian. Há movimentações de militares na capital Bissau, que ocupam várias instituições do Estado, incluindo a rádio e a televisão públicas. Cipriano Cassamá, que tinha tomado posse na sexta-feira como Presidente interino, com base no artigo da Constituição que prevê que a segunda figura do Estado tome posse no caso de vacatura na chefia do Estado, renunciou ao cargo por razões de segurança.

Atualmente, estão em curso contactos entre os principais parceiros externos da Guiné-Bissau, nomeadamente as Nações Unidas, a UE, com a UA e CEDEAO e a CPLP. No âmbito do princípio de subsidiariedade e da sua proximidade geográfica com Bissau, a CEDEAO é aquela que detém o maior protagonismo na gestão da crise guineense.

Em síntese, desde a independência, os golpes militares, a guerra civil, as frequentes perturbações políticas e repetidos choques económicos marcaram a trajetória política do país, onde a violência política associada a eleições é uma constante, sob a forma de vários golpes de estado, especialmente com apoio militar.

#### Capítulo 4. Caracterização da violência eleitoral na Guiné Bissau

A violência eleitoral na Guiné-Bissau entre 2004 e 2019 caracteriza-se por violência verbal e simbólica durante o período pré-eleitoral, os principais atores da violência são tanto poder incumbente como a oposição (ver Tabela 1), com destaque para o ano de 2009, onde, durante a primeira volta das eleições presidenciais, ocorreu o assassinato do candidato à presidência, a deputado e de mais duas pessoas por militares, e para o ano de 2012, que foi, também, durante a 1ª volta das presidenciais, marcado por protestos de 18 partidos políticos da oposição.

**Tabela 4.1. Violência Eleitoral na Guiné-Bissau 2004-2019**

Data eleições	Tipo de eleições	Violência eleitoral					
		Pré-eleitoral		Durante a eleição		Pós-eleitoral	
		Tipo	Actor	Tipo	Actor	Tipo	Actor
29/3/2004	Legislativa	Verbal e simbólico	Oposição (PUSD, PRS) e incumbente (PAIGC)	-----	-----	-----	-----
19/6/2005	Presidencial (1ª volta)	Verbal e simbólico	Incumbente e (governo do PAIGC)	-----	-----	Motins com 4 mortes	Governo (Forças Policiais)
24/7/2005	Presidencial (2ª volta)	Verbal e simbólico	Oposição (Apoiante do Candidato Nino Vieira) e incumbente (PAIGC)	-----	-----	Verbal e simbólico	Incumbente e (Candidato apoiado pelo PAIGC)
16/11/2008	Legislativa	Verbal e simbólico	Oposição	-----	-----	-----	-----
28/6/2009	Presidencial (1ª volta)	Físico (assassinato)	Incumbente e (governo do PAIGC)	-----	-----	-----	-----
29/7/2009	Presidencial (2ª volta)	Verbal e simbólico	Oposição (Candidato do PRS) e incumbente (Candidato do	-----	-----	-----	-----

			PAIGC)				
18/3/2012	Presidencial (1ª volta)	Protestos	Oposição	Físico (assassinato)	Governo (militares)	Verbal e simbólico e Golpe de Estado	Oposição (Militares)
13/4/2014	Gerais Legislativa	Verbal e simbólico	Governo	-----	-----	-----	-----
13/5/2014	Gerais Presidencial (2ª volta)	-----	-----	3 apoiantes de um partido foram atacados por tentativa de influenciar o resultado	---	---	---
10/3/2019	Legislativa	Verbal e simbólico	Oposição (MADEM-G15, PRS) e incumbente (PAIGC)	-----	-----	-----	-----
29/12/2019	Presidencial (2ª volta)	Verbal e simbólico	Governo	-----	-----	-----	-----

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da ACLED.

A violência durante as eleições é a mais rara, tendo ocorrido nas presidenciais de 2012, com o assassinato do chefe do Serviço de Inteligência após o encerramento das urnas, por parte dos militares; e nas presidenciais de 2014, quando foram atacados três apoiantes por tentarem influenciar o resultado. No que toca à violência na fase pós-eleitoral, também não é comum, assumindo uma vertente mais verbal e simbólica, em 2005 e 2012 (ano em que ocorreu também um golpe de estado por parte da oposição e militares) e motins, também em 2005, que resultaram em 4 mortes. Verifica-se, de facto, que a violência pré-eleitoral predomina, tendo ocorrido em todas as eleições neste período temporal, à exceção da segunda volta das presidenciais em 2014. O ator que mais a pratica é poder incumbente.

Especificamente, nas eleições legislativas de 2004, houve violência antes das eleições associadas ao Partido Unido Social Democrático (PUSD), ao PRS e ao PAIGC. No ano seguinte, na 1.ª volta das presidenciais registaram-se situações de violência quer ao nível verbal, quer simbólico, pelo governo e, na 2.ª volta, foram registadas situações violentas associadas aos apoiantes do Candidato Nino Vieira e do PAIGC.

Como publicado pelos *media*, antes da 2.<sup>a</sup> ronda, que decorreu a 24 de julho, a polícia conseguiu normalizar a situação após vários confrontos entre apoiantes dos candidatos presidenciais, Malam Bacai Sanhá e João Bernardo Nino Vieira, registados na Avenida do Brasil, na Guiné-Bissau, provocando quatro feridos. Nesta altura, o chefe da MOE, o eurodeputado belga Johan Van Hecke, referiu que a tensão entre apoiantes dos candidatos é instigada pelos próprios políticos (Jornal de Notícias, 2005).

Nas eleições de 2008 registou-se violência pré-eleitoral entre os partidos políticos, mas, um ano depois, as eleições presidenciais ficaram marcadas pelo assassinato do candidato a presidente, um Deputado de Nação e duas outras pessoas. Como foi noticiado, testemunhos avançados às agências noticiosas deram conta que os atiradores, que envergavam uniformes militares, forçaram a entrada da casa do candidato, durante a madrugada e alvejaram-no várias vezes (Público, 2009).

As eleições presidenciais de 2012 e de 2014, bem como as legislativas de 2012, contaram com vários protestos. Recentemente, nas eleições de 2019 foi publicado que o Presidente da Guiné-Bissau afirmou que a repressão de protesto agravara as desconfianças sobre o processo eleitoral e que o Governo não está a servir aos interesses da nação. De facto, antes das eleições, a 26 de outubro, a polícia guineense dispersou, com recurso a gás lacrimogéneo, uma tentativa de manifestação em Bissau, organizada por vários partidos da oposição e por apoiantes de dois candidatos independentes às eleições presidenciais de 24 de novembro. Uma pessoa morreu e três ficaram feridas no protesto que não foi autorizado pelo Ministério do Interior. A polícia confirmou também a detenção de três pessoas (Agência Lusa, 2019b).

Não há registo de situações da violência durante as eleições, à exceção das eleições presidências de 2012, onde ocorreu o assassinato de chefe do Serviço de Inteligência horas depois de encerramento de urnas.

Depois da 1.<sup>o</sup> ronda para as eleições presidenciais, que decorreram a 19 de julho de 2004, foi registado uma situação que envolveu cerca de duas centenas de jovens a percorrerem as ruas, desde a sede do PRS até ao edifício da CNE, onde eram aguardados por um forte contingente policial que lançou granadas de gás lacrimogéneo e disparou rajadas de metralhadora para dispersar a manifestação. Doze pessoas foram detidas e registaram-se 3 mortos e 5 feridos. Os manifestantes acusavam o poder político de ter “falseado” os resultados eleitorais das presidenciais (Diário de Notícias, 2005).

Nas eleições presidenciais de 2005, houve motins que levaram à ocorrência de 4 mortes e, na 2.<sup>o</sup> volta, voltaram a verificar-se situações de violência verbal e simbólica. Depois, nas

presidenciais de 2012, após as eleições, houve um Golpe de Estado organizado pela oposição e pelas forças militares.

Sobre a violência eleitoral na Guiné-Bissau, os entrevistados apontaram para uma mentalidade que ainda se mantêm, aliada a uma falta de firmeza perante quem viola através de golpes de Estado:

*“Eu penso que ainda há aquela componente histórica, que está a afetar ainda a mentalidade das pessoas no sentido de nos libertarmos desta instabilidade e desta violência política que tem existido. Mas eu penso que os próprios políticos guineenses não colocam a questão patriótica do país em primeiro lugar”* (E2). *“Em 2012, nós íamos para a segunda volta das eleições quando houve um golpe de Estado e, portanto, a última coisa que nós podíamos aceitar era que os perpetradores do golpe de estado se mantivessem no poder. Isso foi o que acabou por acontecer. Portanto quando você aceita isso parece que você está a dar um prémio àqueles que estão a violar as regras. (...) Portanto não é por acaso que é recorrente no Mali. Não é por acaso que aconteceu agora no Uganda. Não é por acaso que vem acontecendo, porque há falta de firmeza”*.

Podemos dizer que a natureza da violência eleitoral na Guiné se prende com o medo de insegurança, terror, mas de um povo que não acede aos apelos dos partidos políticos e dos seus candidatos à violência. De facto, grande parte dos entrevistados diz não existir violência nos diferentes processos eleitorais. A este respeito, é sublinhado que *“A grande questão que devo realçar é que, no caso concreto da Guiné-Bissau, nós não temos tido essas experiências de violência pós-eleitoral, nem antes nem no pós-eleitoral, isso verificamos em vários países da África Central e não na África do Oeste”*; a *“violência eleitoral não existe tanto. O que existe é mais violência verbal, violência verbal e a utilização de fatores ou elementos que nos possam agredir”* (E2); *“Nunca tivemos grande problema da violência eleitoral”* (E4).

Para alguns entrevistados, na Guiné o que ocorre são episódios de tensão eleitoral e não tanto de violência eleitoral *“No caso do Quênia desembocou em mortes, na Guiné-Bissau ainda não vemos o caso. Atenção eu diria mais, já não diria mesmo violência mais tensão eleitoral, suscetíveis de chegar ao ponto de violência, mas ainda não tivemos essa experiência de violência eleitoral. Mas tudo aponta para isso no futuro, se o sistema deixar de fornecer essa garantia e essa credibilidade”* (E6).

Porém, isso não significa que a transferência de poder não tenha sido marcada pela força como é salientado por um dos entrevistados: *“A experiência democrática na Guiné-Bissau é ainda muito limitada frágil. O país teve vários momentos eleitorais desde 1994, mas substituição dos eleitos tem acontecido sempre força e nunca pelo voto”* (E3). A violência



verbal tem sido uma característica no período eleitoral, principalmente nos períodos pré-eleitorais e pós-eleitorais, com mais incidência nas eleições presidências, porque, de acordo com a constituição da república, o chefe de estado tem o poder de supremacia sobre governo e ANP.

As campanhas eleitorais da 2º volta das eleições presidenciais foram

contaminadas por acusações graves persistentes, inflamadas e não fundamentais feitas pelo candidato do Partido da Renovação Social (PRS) contra o seu adversário que por a suas vezes parece ter livremente tirado o partido do apoio de funcionários do governo e de atividades publicas e do uso de recursos do estado com objetivos eleitorais. (MOE-EU, 2009)

A MOE-EU (2009) indica ainda que, para além da situação mais tensa, que resultou nos mortos de 2 de março e de junho de 2009, a troca de acusações inflamadas entre candidatos e as perspectivas de que nenhum dos candidatos aceitaria facilmente uma derrota, fez com que muitas residentes abandonassem a capital, em busca de lugares mais seguros.

A utilização de comunicação social no período eleitoral, para ataques pessoais, não contribuiu para o desejado compromisso com a reconciliação nacional e deixa o povo sempre numa situação de insegurança e de medo.

A grande questão que se deve realçar é que, no caso concreto da Guiné-Bissau, essa é uma realidade que não tem tido lugar, nomeadamente naquilo que se refere às experiências de violência eleitoral, em qualquer uma das suas fases, algo que é verificável em vários países da África Central. No caso do Oeste africano, a violência eleitoral não existe tanto, visto que, apesar de existir o registo de algumas ocorrências, a maioria das eleições têm vindo a ser feitas num ambiente pacífico (UNOWAS, 2017), sendo que, na maioria das vezes que existe esse registo, é substituída por uma violência verbal, que incluem outros fatores ou elementos que servem para criar agressão.



## Capítulo 5. A CPLP nas eleições da Guiné-Bissau

De acordo com Daxecher (2012), as eleições fraudulentas monitoradas por observadores internacionais tem um risco maior da violência pós-eleitoral. Para Carothers (1997), os observadores eleitorais não só divulgam a fraude eleitoral como, por vezes, ajudam a preveni-la. Por medo de serem apanhados por observadores estrangeiros, as autoridades políticas podem abandonar os planos para manipular eleições. A presença de observadores internacionais aumenta a probabilidade de intimidação violenta no período pré-eleitoral. (Daxecher, 2014).

Segundo Dodsworth (2019), os observadores podem melhorar as eleições, ajudando os partidos da oposição a resolver as suas queixas antes das eleições. Para Daxecher (2012) quando as eleições são manipuladas para negar aos cidadãos uma oportunidade de contestação pacífica e os observadores internacionais divulgam essa manipulação, podem ocorrer interações violentas entre os titulares os partidos da oposição e os cidadãos.

Normalmente OEI chegam muito antes do dia das eleições e encorajam as reformas pré-eleitorais. As missões de observação eleitoral asseguram um ambiente mais pacífico para a repressão do Estado após eleições sem alterações (Dodsworth 2019). As missões de observação e monitorização eleitoral podem também desempenhar um papel fundamental na redução de conflitos antes, durante e depois das eleições (Garrido, 2020).

No caso das eleições entre 2004 e 2019 na Guiné-Bissau, estas contaram com a presença de vários observadores eleitorais provenientes de missões da União Europeia, CEDEAO e CPLP (ver Tabela 3). As MOE destacadas na Guiné-Bissau respeitaram, na medida do possível, todos os estágios do ciclo eleitoral e nunca interferiram no processo, cumprindo assim as leis da Guiné-Bissau, a Declaração de Princípios para a Observação Eleitoral Internacional e o Código de Conduta para Observadores Eleitorais Internacionais (Organização das Nações Unidas [ONU], 2005), que estabelecem normas internacionais de boas práticas para a organização de eleições equitativas, transparentes e democráticas.

**Tabela 5.1. Missões Internacionais de Observação Eleitoral na Guiné-Bissau (2004-2019)**

<b>Data da Eleição (D/M/A)</b>	<b>Tipo de Eleição</b>	<b>Missão Observação Eleitoral Internacional</b>
29/03/2004	Legislativa	MOEUE
		MOE-CPLP
		MOEUA
		MOE-CEDEAO

19/06/2005	Presidencial (1ª volta)	MOEUE
		MOE-CPLP
		MOEUA
		MOE-CEDEAO
24/07/2005	Presidencial (2ª volta)	MOE-CEDEAO
		MOEUA
		MOEUE
		MOE-CPLP
16/11/2008	Legislativa	MOEUA
		MOEUE
		MOE-CEDEAO
		MOE-CPLP
28/06/2009	Presidencial (1ª volta)	MOEUA
		MOE-CEDEAO
		MOEUE
		MOE-CPLP
29/07/2009	Presidencial (2ª volta)	MOEUA
		MOE-CEDEAO
		MOEUE
		MOE-CPLP
18/03/2012	Presidencial (1ª volta)	MOEUA
		MOE-CEDEAO
		MOEUE
		MOE-CPLP
13/04/2014	Gerais Legislativa	MOEUA
		MOE-CEDEAO
		MOEUE
		MOE-CPLP
13/04/2014	Gerais Presidencial (1ª volta)	MOEUA
		MOE-CEDEAO
		MOEUE
		MOE-CPLP
13/05/2014	Gerais Presidencial (2ª volta)	MOEUA
		MOE-CEDEAO
		MOEUE
		MOE-CPLP
10/03/2019	Legislativa	MOEUA
		MOE-CEDEAO
		MOEUE
		MOE-CPLP
24/11/2019	Presidencial (1ª volta)	MOEUA

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da CNE da Guiné-Bissau.

Sobre o papel destas missões de OEI nos pleitos eleitorais da Guiné-Bissau, vários dos entrevistados apontam, porém, para as fragilidades das mesmas. Nomeadamente, “(...) o processo eleitoral não é apenas o ato da votação. Há todo um processo que antecede que precede a organização das eleições. Infelizmente temos observadores eleitorais internacionais de 2, 3 ou 4 dias fazem o relatório e vão.” (E4). No mesmo sentido, “Embora na Guiné-Bissau assistimos isso quase que em todas as eleições os observadores

*internacionais nos seus relatórios acabam por classificar a eleição de terem sido livres justas e transparentes credíveis etc. Não obstante de terem ocorrido algumas importantes irregularidades alguns vícios mais provavelmente acabam por não ligar o que acontece no final do processo eleitoral” (E5).*

Na mesma linha de pensamento, “(...) a ação internacional sendo importante, mas não vai além de uma observação superficial e uma observação do mesmo dia ao processo que no fundo fica muito na superfície não consegue ir por aí.” (E6). Não obstante, essas fragilidades, na opinião de alguns dos entrevistados, estas missões são indispensáveis: “(...) as instituições são frágeis, a instrumentalização das várias instituições. Portanto é impensável, nesta fase da nossa vida política democrática, fazer eleições sem o reconhecimento da comunidade internacional ou a presença dos observadores internacionais.” (E2).

As entrevistas apontam ainda para o facto de os observadores não estarem no país durante uma longa temporada, de forma a acompanhar o período que antecede e que sucede à eleição, faz com que não assistam às situações de violência que continuam a existir. Por outro lado, um dos entrevistados, que participou em várias MOE, indica que os OEI “*não conhecem a cultura, não percebem as línguas nacionais. Muitas das vezes fazem passagem rápida nos locais das eleições e às vezes não tem tempo para aperceberem de algumas anomalias. No fim produzem o relatório e utilizam os termos habituais: livres, justas e transparentes. Depois acontecem os tais conflitos, quando eles já abandonam o país.*” (E1). Por outro lado, segundo outro entrevistado, que também participou em MOE, “(...) eles [observadores] bebem muito do que do que lhes é dado pela própria Comissão da observação etc., portanto não é algo assim tão incisivo tão por dentro do processo” (E6), salientando ainda a importância da observação eleitoral por nacionais por conhecerem melhor as dinâmicas políticas do próprio país (E6).

Apesar destas fragilidades, vários entrevistados consideraram que estas missões são necessárias: “*O nível de desconfiança existente entre nós é grande (...). Eu penso que seria uma catástrofe [sem os OEI]*” (E2). Um dos entrevistados afirma inclusivamente que é a favor das observações eleitorais: “*Eu sou a favor de toda a assistência internacional no sentido de credibilização do processo eleitoral aquilo que eu critico é outra coisa que a forma como a observação eleitoral é feita leva a nossa população a pensar que quando a comunidade internacional diz as eleições foram livres, justas e transparentes, significa que realmente tudo correu bem. Não é verdade, desde logo aquilo que eu dizia há pouco a nossa lei eleitoral prevê que os observadores eleitorais devem observar desde a elaboração das listas eleitorais fixação dessas listas campanha eleitoral votação, apuramento dos resultados*

*e publicação dos resultados.” (E3). Já um dos entrevistados refere um caso em particular; “em 2014, por causa do golpe de estado, houve um envolvimento da comunidade internacional muito mais acentuado em que a própria CEDEAO, CPLP, Nações Unidas e a União Africana, harmonizaram a intervenção e isso permitiu bastante e contribuí bastante para o processo conhecer um desfecho positivo e pacífico” (E6).*

As opiniões são unânimes: a presença dos OEI é positiva, mas os seus relatórios não contemplam nenhuma situação de violência porque *“eles vão antes de sair o resultado eleitoral ninguém sabe o que é que acontece entre estas declarações é justo e transparente até a produção dos resultados.” (E4)*. As situações de violência não são, assim, associadas à crítica (inexistente) dos OEI, mas provocadas *“sobretudo pelos militares, mas com a cumplicidade dos políticos falhados oportunistas antipatriotas que privilegiam seus interesses obscuros em detrimento da eficácia do próprio processo político eleitoral na Guiné-Bissau acabam pôr em causa todo o sistema” (E5)*. Na mesma linha que não vê tanto papel OEI como sendo determinante na ocorrência de violência eleitoral, outro entrevistado reforça que *“A violência eleitoral nunca poderá vir por parte da comunidade internacional apenas como disse, regista e chama a atenção e faz uma declaração sobre o assunto.” (E7)*, embora se ressalve que a *“violência eleitoral acontece quando as pessoas começam a sentir-se injustiçadas, quando as pessoas entendem que o processo poderá estar a ser manipulado com ou sem razão” (E8)*. Por último, E9 refere *“Quanto à observação internacional (...) Veja bem o que fazer, como fazer o quê, de modo em geral eles só vêm (...) para nos dizer como aquela forma única que as eleições foram livres, justas e transparentes, mais nada sem um conteúdo material para proporcionar uma dinâmica revolucionária interna, para mudar o estado das ideias, e ir ao encontro dos problemas discutidos e consolidar crítica.”*

Apesar disto, consoante a opinião de muitos outros entrevistados, também se considera que *“A visão de observadores internacionais é uma visão superficial não vão ao fundo das questões é a aquilo digo chegam tarde de mais e saem cedo isso não nos permite ter um conjunto aprofundado daquilo que é a realidade eleitoral do país” (E8)*. Para resolver isto, sugere-se que se deve *“alargar o período desde o momento da preparação até a publicação dos resultados. Acho que isto poderia dar melhor resultados do que estar em 24 horas a declarar as eleições livres justas e transparentes.” (E4)*.

Por último, é apontado o problema dos organismos de gestão eleitoral, em particular, *“(…) no caso da Guiné-Bissau há toda uma necessidade de reforma, não diria estrutural, mas de melhoria da própria lei de limitação mais clara do papel CNE no contencioso eleitoral face ao Supremo Tribunal e de também permitir que o próprio Supremo Tribunal*

*tenha uma jurisprudência e uma visão clara sobre o contencioso eleitoral, em sintonia com a lei eleitoral sob pena de abrir crises e desconfianças que possam no futuro desembocar em crise” (E6).*

A opinião dos 10 entrevistados é unânime, resumindo-se naquilo dito por E1: a violência deve-se à ausência da democracia e a luta pelo poder, sem olhar aos meios para atingir os fins; aos dirigentes políticos que incluem violência, não só verbal, mas também, física e, em alguns casos, em mortes; aos militares, que se esquecem da sua “missão” republicana, e envolvem-se em questões políticas, proporcionando alterações do poder através de golpe de estado.

No que toca às MOE da CPLP, esta organização transnacional constituída em 17 de julho de 1996<sup>1</sup>, por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, a que se viria juntar posteriormente Timor-Leste, em 20 de maio de 2002, e 12 anos, a Guiné Equatorial em 23 de julho de 2014, integra no campo da sua ação a vertente da observação eleitoral. Isto deve-se ao facto de uma parte significativa dos estados-membros estarem a dar os primeiros passos na consolidação dos regimes democráticos representativos, dos quais a realização de eleições regulares é a base (CPLP, 2014).

A 25 de agosto de 1999, a CPLP partiu para Timor-Leste na sua primeira missão de observação eleitoral, para o referendo sobre a independência, organizado pelas Nações Unidas. As missões de observação eleitoral da CPLP baseiam-se nos melhores procedimentos, em que a observação eleitoral é descrita como uma mera testemunha do processo eleitoral e tem mesmo a função de observar, anotar e sugerir e não deve, em circunstância alguma, mediar o processo eleitoral, sob pena de pôr em risco o princípio da não-interferência (Lopes, 2008).

As missões de observação eleitoral da CPLP são compostas por um representante do Secretariado Executivo e representantes dos estados-membros, com exceção do país onde se realizam as eleições, e a sua composição deve ser heterogénea, incluindo parlamentares, diplomatas, peritos eleitorais, académicos, juristas e outros profissionais, de modo a permitir um amplo conhecimento dos diferentes tipos de eleições e mecanismos eleitorais.

Os observadores estão mandatados para testemunhar o processo eleitoral, a contagem dos votos e o apuramento dos resultados, sendo a missão responsável por dar uma opinião sobre a

---

<sup>1</sup> São três os diplomas constitutivos da CPLP: os Estatutos (um texto que tem recebido revisões periódicas: São Tomé/2001, Brasília/2002, Luanda/2005, Bissau/2006 e Lisboa/2007), a Declaração Constitutiva (elaborada no dia da sua constituição pelos sete países fundadores) e a Ratificação da Declaração Constitutiva e dos Estatutos. O Artigo 5 é de profunda relevância, pois estabelece os seus fundamentos norteadores.

credibilidade do processo eleitoral. A CPLP envia uma missão de observação eleitoral para observar os processos eleitorais dos seus estados-membros na consolidação dos regimes democráticos representativos (Pinto, 2005).

Desde a criação da CPLP, todos os atos eleitorais realizados nos PALOP e em Timor-Leste, com exceção de Cabo Verde, têm contado com a presença de observadores eleitorais internacionais (ver Tabela 3). No caso da Guiné-Bissau, a MOE da CPLP inscreve-se no âmbito da consulta política e diplomática entre os seus membros como um dos objetivos gerais da organização (CPLP MOE). De facto, um dos propósitos da CPLP é a coordenação político-diplomática entre os seus estados-membros, designadamente para o reforço da sua presença na cena internacional (CPLP Estatutos).

**Tabela 5.2. Missões de Observação Eleitoral da CPLP**

<b>Ano</b>	<b>País</b>	<b>Tipo de eleições</b>
2021	São Tomé e Príncipe	Presidenciais
2019	Moçambique	Eleições Gerais E Das Assembleias Provinciais
2019	Guiné-Bissau	Presidenciais
2018	São Tomé e Príncipe	Legislativas
2018	Moçambique	Autárquicas
2017	Angola	Gerais
2017	Timor-Leste	Presidenciais
2016	Guiné Equatorial	Gerais
2015	Angola	Autárquicas
2014	São Tomé e Príncipe	Legislativas
2014	Guiné-Bissau	Gerais
2012	Guiné-Bissau	Presidenciais
2011	São Tomé e Príncipe	Presidenciais
2010	São Tomé e Príncipe	Legislativos
2009	Guiné-Bissau	Presidenciais
2009	Moçambique	Gerais
2008	Guiné-Bissau	Legislativas
2008	Angola	s Legislativas
2007	Timor-Leste	Presidenciais
2007	São Tomé e Príncipe	Parlamentares
2006	São Tomé e Príncipe	Presidenciais
2005	Guiné-Bissau	Presidenciais
2004	Guiné-Bissau	Legislativas
2004	Moçambique	Presidenciais
2003	Moçambique	Autárquicas
2002	Timor-Leste	Presidenciais
2001	Timor-Leste	Eleições Para Assembleia Constituinte
1999	Timor-Leste	(Referendo Autodeterminação)

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da CPLP, disponíveis em <http://www.cplp.org>



Quanto à colaboração política e diplomática (artigo 3º, alínea a do Estatuto), o processo mais bem conseguido e mencionado refere-se ao de 1998, dois anos depois da constituição da CPLP. A utilização desta concertação produziu resultados com a complementaridade da ação da instituição para resolver o conflito na Guiné-Bissau, na esteira da destituição do Presidente Nino Vieira (Mourão, 2002).

Nesse momento, os representantes da CPLP tomaram parte nas negociações entre a diplomacia bilateral portuguesa e, no plano local, a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). De acordo com Mourão (2002), a superação do contencioso diplomático, com a tripartição dos interlocutores externos (CPLP, Portugal e CEDEAO) foi finalmente resolvida através de uma manifestação concreta de um acordo diplomático. Contudo, a consulta diplomática política deve ter em consideração a intervenção de cada Estado em outros entes públicos internacionais, estabelecendo as limitações de ação, especialmente as de natureza compositiva e os objetivos regionais (Mourão, 2002).

De acordo com os padrões consagrados, as MOE da CPLP destacadas na Guiné-Bissau tiveram início quando a CNE da Guiné-Bissau fez um convite à CPLP, na esperança que estes participassem como observadores nas eleições presidenciais de 19 de junho de 2005, nas eleições legislativas de 16 de novembro de 2008, nas eleições presidenciais de 28 de junho de 2009 e nas eleições gerais de 13 de abril de 2014. Há que mencionar que as MOE só podem acontecer a convite do estado onde ocorre o processo eleitoral, sendo que a CPLP pode aceitar ou recusar esse mesmo convite de observação. Para além do acima exposto e em conformidade com o Manual de Observação Eleitoral da UE (SEAE, 2016), têm como objetivo: Reforçar o cumprimento das liberdades essenciais e dos direitos políticos; conduzir uma apreciação global de um procedimento eleitoral em conformidade com as normas internacionais; reforçar a credibilidade do público nas eleições e nos processos democráticos, nomeadamente na luta contra a fraude; contribuir, quando apropriado, para a profilaxia ou determinação de conflitos.

De forma prática e operacional, as MOE evoluem da maneira seguinte:

1. Um dado Estado, onde estão prestes a realizar-se eleições, convida a CPLP a organizar uma MOE;
2. A CPLP pode aceitar ou recusar o convite, uma vez que as missões de observação eleitoral só são empreendidas se a CPLP entender que uma missão de observação pode ser proveitosa e concorrer para o reforço do sistema democrático e/ou se se encontrarem preenchidas as respetivas condições. A fim de compreender se uma MOE seria útil, desejável e viável e se as preconizações das MOE anteriores

foram implementadas, a CPLP realiza uma missão de averiguação, que dura, aproximadamente, duas semanas e tem lugar quatro a seis meses antes do dia das eleições. A missão preparatória é a fase inicial do ciclo de vigilância eleitoral;

3. Se a CPLP não concordar com o convite para realizar uma missão de observação eleitoral, pode escolher efetuar outros tipos de funções, tais como:
  - a. Implantação de uma equipa de peritos eleitorais se houver dúvidas sobre a situação de segurança;
  - b. Implementação de uma Missão de Observação Eleitoral (EEM), que é mais reduzida do que uma Missão de Observação Eleitoral completa da CPLP;
  - c. Implementação de uma Missão de Observação Eleitoral para analisar a implementação das recomendações das Missões de Observação Eleitoral anteriores;
4. Se a CPLP aceitar o convite, o processo de acompanhamento eleitoral passa para a fase subsequente. O país hospedeiro celebra um memorando de entendimento com a CPLP, que também cobre as preocupações de segurança e logística de uma MOE (Garrido, 2020);

Quanto às MOE da CPLP na Guiné-Bissau, as mesmas mostram-se de curta duração, em média 1 ou 2 semanas, e na fase pré-eleitoral e pós-eleitoral (ver Tabela 4)

**Tabela 5.3. Missões de observação eleitoral da CPLP na Guiné-Bissau (2004-2019)**

<b>Data da Eleição (D/M/A)</b>	<b>Tipo de Eleição</b>	<b>Missão</b>	<b>Fase do processo</b>
29/03/2004	Legislativa	MOE-CPLP	A missão inicia na fase pré-eleitoral (desde registo eleitoral) e terminou fase pós-eleitoral (depois de divulgação de resultado provisórios)
19/06/2005	Presidencial (1ª volta)	MOE-CPLP	A missão inicia na fase pré-eleitoral (última semana de campanha eleitoral) e termina 1 ou 2 dias depois de acto de votação
24/07/2005	Presidencial (2ª volta)	MOE-CPLP	A missão inicia na fase pré-eleitoral (última semana de campanha eleitoral) e termina 1 ou 2 dias depois de acto de votação

16/11/2008	Legislativa	MOE-CPLP	A missão inicia na fase pré-eleitoral (última semana de campanha eleitoral) e termina 1 ou 2 dias depois de acto de votação
28/06/2009	Presidencial (1ª volta)	MOE-CPLP	A missão inicia na fase pré-eleitoral (última semana de campanha eleitoral) e termina 1 ou 2 dias depois de acto de votação
29/07/2009	Presidencial (2ª volta)	MOE-CPLP	A missão inicia na fase pré-eleitoral (última semana de campanha eleitoral) e termina 1 ou 2 dias depois de acto de votação
18/03/2012	Presidencial (1ª volta)	MOE-CPLP	A missão inicia na fase pré-eleitoral (última semana de campanha eleitoral) e termina 1 ou 2 dias depois de acto de votação
13/04/2014	Gerais Legislativa	MOE-CPLP	A missão inicia na fase pré-eleitoral (última semana de campanha eleitoral) e termina 1 ou 2 dias depois de acto de votação
13/04/2014	Gerais Presidencial (1ª volta)	MOE-CPLP	A missão iniciou na fase pré-eleitoral, última semana de campanha eleitoral e termina pós-eleitoral com divulgação dos resultados provisórios
13/05/2014	Gerais Presidencial (2ª volta)	MOE-CPLP	A missão inicia na fase pré-eleitoral (desde registo eleitoral) e terminou fase pós-eleitoral (depois de divulgação de resultado provisórios)
10/03/2019	Legislativa	MOE-CPLP	A missão inicia na fase pré-eleitoral (última semana de campanha eleitoral) e termina 1 ou 2 depois de acto de votação
24/11/2019	Presidencial (1ª volta)	MOE-CPLP	A missão inicia na fase pré-eleitoral (última semana de campanha eleitoral) e termina 1 ou 2 depois de acto de votação
29/12/2019	Presidencial (1ª volta)	MOE-CPLP	A missão inicia na fase pré-eleitoral (desde registo eleitoral) e terminou fase pós-eleitoral (depois de divulgação de resultado provisórios)

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da CPLP, disponíveis em <http://www.cplp.org>

Todas as MOE enviadas pela CPLP às eleições da Guiné-Bissau são realizadas com base num convite prévio, formulado pela Comissão Nacional de Eleições da Guiné-Bissau (CNE) (Lopes, 2008).

Desde então, ou seja, desde 2004 até à presente data, um total de oito (9) missões de observação eleitoral foram realizadas pela CPLP na Guiné-Bissau, incluindo quatro (4) eleições legislativas e cinco (5) presidenciais. É importante notar que as MOE realizadas pela CPLP têm lugar praticamente durante as fases finais da campanha eleitoral e durante o processo de votação, com exceção das eleições legislativas de 2004, eleições geris de 2014 e eleições presidenciais de 2019.

Em 2004, por exemplo, as eleições foram realizadas cinco meses após um golpe que retirou o Presidente Kumba Yala do poder, tendo em conta os acontecimentos que precederam o processo eleitoral.

Do ponto de vista da prevenção de conflitos no processo eleitoral, a CPLP enviou dois tipos de missões a Bissau: a primeira foi a de monitorização do processo eleitoral, ou seja, de natureza política e eleitoral, destinada principalmente a aferir os preparativos com vista às eleições e conhecer o sentimento geral da população guineense e, em particular, das formações políticas que desempenham um papel de liderança no exercício eleitoral (MOE-UE, 2005); a segunda missão foi a da própria observação eleitoral, a fim de acompanhar o processo eleitoral de 2004 sendo que, no final das missões, o processo eleitoral observado foi considerado pacífico, livre e ordenado, de acordo com o relatório acima referido.

Já em 2014, a CPLP esteve envolvida no processo eleitoral desde o início da preparação do processo (registo e atualização do caderno eleitoral) até à divulgação dos resultados, através de uma missão de apoio e assistência técnica do governo de Timor-Leste.

A MOE da CPLP, que teve lugar de 19 de março a 2 de abril de 2004, com um total de 25 observadores, acompanhou os últimos dias da campanha eleitoral em Bissau e, no dia das eleições, os membros da MOE foram destacados para os vários círculos eleitorais, para observar de perto a votação e a contagem dos votos (Garrido, 2020).

A equipa destacada em diferentes círculos eleitorais observou os enormes atrasos na abertura das urnas em resultado da má distribuição do material de votação em várias mesas de voto, especialmente em alguns dos círculos eleitorais de Bissau, mais especificamente o 24, o 26, o 27, o 28 e o 29 são os cinco círculos eleitorais que compõem o sector autónomo de Bissau.

De acordo com Sangreman et al. (2006), os acontecimentos que tiveram lugar em Bissau devem ser entendidos como uma expressão de um desejo de votar e não como uma ameaça ao

processo eleitoral ou como um confronto interpartidário. Também se verificou a votação nos distritos até às 20 horas, o que não é permitido, de forma a prevenir a exploração política das insuficiências observadas em Bissau. A missão internacional de observação eleitoral da CPLP publicou uma nota preliminar na noite de 29 de março, convidando as autoridades guineenses a fazer todo o possível para assegurar que os eleitores que não dispusessem dessa possibilidade usufruíssem do seu direito de voto, e a CNE acolheu a preocupação de MOE-CPLP, estendendo a votação por mais um dia, ou seja, terça-feira, 30 de março de 2004 (Sangreman et al., 2006).

As eleições legislativas de 2004 e as presidenciais de 2005 tiveram lugar num ambiente de grande tensão política. Estas eleições foram marcadas por contestações das mesmas e pela troca de fortes acusações, embora os observadores internacionais no terreno (CPLP, CEDEAO, OUA e UE) tenham considerado que as eleições foram livres e justas (Azevedo, 2009).

As missões de observação eleitoral da CPLP fazem parte do reforço das instituições do Estado de direito, baseadas nos valores da democracia, boa governação e cumprimento dos direitos humanos (Ministério dos Negócios Estrangeiros [MNE], 2020) e visam proporcionar uma apreciação imparcial e precisa da natureza do procedimento eleitoral, em proveito da população do país em que se realizam as eleições e da comunidade internacional (ONU, 2005).

Relativamente à razão pela qual os resultados eleitorais têm sido sempre contestados nos últimos 15 anos na Guiné-Bissau, considerando que todos os relatórios de observadores internacionais são sempre positivos, as opiniões foram unânimes: a existência de fraude em alguma parte do processo. Foi-nos dito que *“No caso das eleições presidenciais, os cidadãos, os candidatos, portanto que não se conformam depois com aquilo que teria sido a posição o pronunciamento da CNE... a contestação que consiste exatamente de o não conformismo quando atentarmos há algum vício alguma fraude.”* (E5). Depois, o E7 refere que *“as eleições são contestadas quando há dúvida, tem direito de contestar é um direito que lhes assiste (...). os atores políticos concorrentes ao processo só eles que poderão justificar por que razão estão a impugnar ou apresentar queixa sobre o processo eleitoral”*. Neste sentido, o E8 diz-nos que *“Normalmente quando a vitória eleitoral é clara em termos de resultados reduz o fator da contestação. Mas quando, de facto, os resultados são mais apertados, como aconteceu agora com as eleições presidenciais, acabam por dar a uma maior contestação por parte de quem diz sim e de quem diz não, (...). O candidato ameaça que vai tomar o poder à revelia de toda a instituição”*. Importa realmente mudar o processo eleitoral, o que

deveria passar por: *“Chamar o outro, o opositor político, ter um diálogo sério e franco. Vou fazer o meu trabalho. Tu podes fazer oposição, mas fica tranquilo que isto aqui não estou aqui para me enriquecer. Não estou aqui para estragar isso. Estou aqui para dar o meu melhor e o destino não é um dia também poderá estar. Eu penso que é necessário diálogo e esse é um diálogo sério onde a lei tem de estar acima de tudo à frente”* (E2). Um dos entrevistados também reforça: *“O problema é que às vezes nós os autores políticos inventamos procedimentos que na maior parte dos casos até são fraudulentos para tentar tirar vantagem e ganhar o processo”* (E3).

Outro dos entrevistados, na qualidade de ex-observador eleitoral e ex-presidente da CNE, indica que deveria haver *“(…) uma observação nacional bem organizada, em que a Sociedade civil se organizasse e observasse as eleições em todos os cantos do país, o que não acontece com os internacionais, que se limitam às capitais e centros urbanos”*. E4 reconhece que *“Os problemas eleitorais em África é a transparência do processo.”*, o que *“significa que os partidos políticos é que levam a população para a violência? Sim, os partidos políticos e atores políticos”* (E3), por isso *“é necessário separar as Forças Armadas das forças políticas”* (E3). Outro dos entrevistados afirma que *“Podemos sintetizar tudo em torno dessa expressão, corrupção, tem sido, digamos, a causa principal da recorrente sistemática, diríamos até crónica, violência eleitoral que acontecem em África em geral e, no caso concreto e em particular, na Guiné-Bissau”* (E5), pelo que é urgente que as organizações da sociedade civil na Guiné-Bissau se organizem e monitorizem os processos eleitorais na Guiné.

Consultados os relatórios sobre as MOE da CPLP, é ressaltada a intensa atividade dos OEI no período que antecede as eleições, não havendo registo de situações de violência nesses documentos. Nas últimas eleições no país, em 2019, a título de exemplo, os MOE-CPLP tiveram uma semana de intensa atividade. O Chefe da MOE-CPLP, Oldemiro Baloi, a 22 de novembro, encontrou-se com a Ministra dos Negócios Estrangeiros, da Cooperação Internacional e Comunidades da Guiné-Bissau, Suzy Barbosa. Neste mesmo dia, todos os observadores integrados na MOE-CPLP participaram numa reunião promovida pelas Nações Unidas com as Missões de Observação Eleitoral Internacionais, com os objetivos de articulação e realização de um ponto de situação. O Presidente da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, Cipriano Cassamá, recebeu a MOE-CPLP nas Presidenciais, a 21 de novembro de 2019. No encontro, estiveram também os embaixadores de Angola, Brasil e Portugal acreditados em Bissau, respetivamente, Daniel Rosa, Fábio Franco e António Alves Carvalho. O grupo P5, das cinco organizações internacionais envolvidas no processo de

consolidação da paz na Guiné-Bissau - CPLP, UA, CEDEAO, UE e Nações Unidas, reuniu também a 21 de novembro. A MOE-CPLP foi recebida pelo Presidente da CNE, José Pedro Sambú, no dia 20 de novembro, constatando que estavam garantidas as condições para a realização do pleito conforme previsto. Antes deste encontro, o Chefe da MOE-CPLP concretizou um encontro com a Ministra da Administração do Território e da Gestão Eleitoral, Odete Semedo, sendo que o GTAPE, tutelado por este Ministério, é responsável por assegurar o apoio técnico ao processo eleitoral. Tendo a generalidade dos observadores presentes no país, no dia 20 de novembro, Oldemiro Baloi realizou uma reunião de coordenação da MOE-CPLP, contando com a participação dos embaixadores de Angola, Brasil e Portugal acreditados em Bissau. Estas eleições contaram com vinte e três observadores, designados pelos Estados-Membros, pela Assembleia Parlamentar e por funcionários do Secretariado Executivo da CPLP (CPLP, 2019a).

No relatório da MOE da CPLP, sobre as eleições presidenciais de 26 de julho de 2009, é visível a referência ao facto da Campanha eleitoral ter decorrido de forma pacífica e ordenada durante a primeira volta. Os OIE da CPLP constataram que os candidatos desenvolveram as suas campanhas em plena liberdade e que os cidadãos puderam participar, livremente e sem quaisquer constrangimentos, nas ações de campanha dos candidatos. Sugerem ainda que seja feita uma atualização do recenseamento eleitoral, bem como um registo permanente dos eleitores, não tendo nada mais a registar (CPLP, 2009). Foi igualmente noticiado que, nas eleições presidenciais de 2019, foi referido, por um representante da CPLP, que o processo de votação foi tranquilo, pacífico e ordeiro, salvo raríssimas exceções. A missão da CPLP não tem conhecimento de quaisquer atos de violência por parte dos eleitores nem de nenhum ato de repressão por parte das autoridades policiais, que se mantiveram quietas nos seus postos, garantindo a tranquilidade necessária. Foram referidas pequenas situações, como a contestação sobre a posição das cabines de votação com as pessoas a reclamarem mais privacidade, porque isso podia dar azo a que as pessoas pudessem fotografar os votos para fins inconfessáveis. Durante esta votação, além da missão da CPLP, composta por 23 elementos, estiveram na Guiné-Bissau 54 observadores da UA, 60 da CEDEAO e 47 dos Estados Unidos da América (Agência Lusa, 2019a).

Quando consultados os relatórios da CPLP são sempre referidos pontos positivos, não havendo referência a situações de violência depois das eleições, o que nem sempre coincide com a realidade, visto que a violência se manifesta essencialmente de forma verbal e simbólica, ainda que não seja tão intensa como na fase pré-eleitoral.

**Tabela 5.4. Avaliação das MOE-CPLP às eleições da Guiné-Bissau (2004-2019)**

Ano	Tipo de eleições	Missão	Resultado de Avaliações de MOE
2004	Legislativas	MOE-CPLP	O ambiente global, tanto durante a campanha, enquanto nas eleições propriamente ditas foi, em geral ordeiro e caracterizado por um elevado civismo.
2005	Presidenciais	MOE-CPLP	A eleição decorreu de forma ordeira e com elevada participação, registado um invejável grau de civismo demonstrado pela população guineense em geral, não obstante os casos isolados verificados no último dia da missão.
2008	Legislativas	MOE-CPLP	A eleição decorreu de forma ordeira e pacífica.
2009	Presidenciais	MOE-CPLP	Considera o espírito de convivência democrática, a que se assistiu durante a campanha eleitoral e no decurso do próprio acto eleitoral, como conquista tangível do povo guineense, que urge preservar e aprofundar.
2012	Presidenciais	MOE-CPLP	Considera que as eleições foram livre, justa e transparente.
2014	Legislativas	MOE-CPLP	A MOE-CPLP considerou que as eleições foram credíveis livres e democráticas e foram realizados em respeito as normas legais existentes no país, quais sejam a lei eleitoral e os demais regulamentos jurídicos.
2014	Presidenciais	MOE-CPLP	A MOE-CPLP considerou que as eleições foram credíveis livres e democráticas e foram realizados em respeito as normas legais existentes no país, quais sejam a lei eleitoral e os demais regulamentos jurídicos.
2019	Legislativas	MOE-CPLP	Missão da CPLP considera que as Eleições Legislativas, do dia 10 de março de 2019, decorreram em consonância com as práticas internacionais de referência, no respeito pelos princípios democráticos e direitos políticos consagrados na Constituição da República da Guiné-Bissau e de acordo com a lei eleitoral do país.
2019	Presidenciais	MOE-CPLP	A MOE da CPLP considera que as eleições do dia 29 de dezembro decorreram em consonância com as práticas internacionais de referência, no respeito pelos princípios democráticos e direitos políticos consagrados na Constituição da República da Guiné-Bissau e de acordo com a lei eleitoral do país.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da CPLP, disponíveis em <http://www.cplp.org>

Resumidamente, podemos afirmar que as MOE da CPLP na Guiné-Bissau vão de encontro ao que é apontado pela literatura, isto é, as missões são apontadas como positivas e são consideradas como uma ferramenta eficaz de política externa, mas com fragilidades, podendo ser um pouco tendenciosas, especialmente considerando que são apenas feitas a convite do país observado, que pode chamar apenas em situações que não sejam de risco. Além disso, há que considerar que, apesar das MOE pretenderam monitorizar e garantir a transparência do processo eleitoral, isto nem sempre se pode garantir, visto que estas não acompanham todo o processo eleitoral, não percecionando a violência pré-eleitoral, por



exemplo. Por outro lado, acompanham apenas as o processo eleitoral nas grandes cidades, pelo que não há controlo em pequenas aldeias ou zonas remotas, para além da curta duração destas missões.



## Conclusões

Esta investigação dedicou-se ao fenómeno da violência eleitoral no continente africano, com o objetivo de compreender de que forma a observação eleitoral internacional, enquanto fator crítico apontado por vários estudos académicos, contribui para a ocorrência de violência associada a atos eleitorais.

Através de um estudo de caso único da observação eleitoral da CPLP nas eleições da Guiné-Bissau entre 2004 e 2019, foi possível identificar que a violência eleitoral neste país da África Ocidental ocorre sobretudo numa fase pré-eleitoral, tanto em eleições legislativas e presidenciais, tendo como protagonistas tanto o governo como a oposição. Destaca-se ainda as forças militares do país, sendo estes os principais atores nos golpes de estado, ainda que os apoiantes das forças políticas também participem nesta violência. Ainda que existam confrontos mais graves noutros países deste continente, como acontece com o Quênia ou com o Zimbabué, por exemplo, estas conclusões vão de encontro ao padrão identificado nos estudos de violência eleitoral em África, isto é, é frequente a observação de violência, especialmente numa fase prévia, como uma possível forma de intimidação, sendo menos recorrente nas fases posteriores do processo eleitoral.

Quanto ao papel da CPLP na violência eleitoral na Guiné, este é limitado e tem a tendência a apresentar relatórios que se focam nos pontos positivos, declarando as eleições como livres e justas, mesmo quando existem casos de violência eleitoral. As MOE desenvolvidas por esta organização acabam por ser de curta duração, não acompanhando na íntegra todo o processo eleitoral, para além de as suas ações de observarem se limitarem às grandes zonas urbanas, acabando por “ignorar” se as eleições decorrem de maneira correta nas zonas mais remotas e ou rurais. Neste sentido, a CPLP acaba por ser mais um instrumento de política externa internacional, em linha, aliás com as conclusões de Daxecher (2014). As missões da CPLP acabam por ser uma ferramenta que permite que as eleições tenham um melhor parecer internacional, podendo até incentivar a violência eleitoral através das avaliações preliminares do processo eleitoral, tendo, portanto, um efeito oposto àquilo a que se propõe. Os dados recolhidos sugerem a ideia de que o veredicto positivo em relação à qualidade eleitoral se deve à curta duração das missões e mesmo à sua posição enquanto ferramenta de política externa, sugerindo-se, portanto, que os OEI tivessem maior disponibilidade e passassem mais tempo no país, com uma ação mais abrangente.

O caso da OEI da Guiné-Bissau levanta a questão de que a violência eleitoral neste país, acaba por ser uma violência verbal, tomando a forma de discursos inflamatórios, que pretendem, por sua vez, incentivar à violência por parte do povo. Enquanto o papel da OEI se mostra como positivo continuam a existir lacunas nos mesmos, sendo que falta aprofundar conhecimento sobre a ação destas missões em zonas remotas, onde a população estará mais sob a alçada do poderio local.

A análise do caso da Guiné parece indicar que existem outras dinâmicas por detrás da violência associada às eleições e à consequente instabilidade política, nomeadamente, a competição e conflito relacionados com processos históricos. Os atores políticos recorrem à violência verbal através dos discursos inflamatórios que incentivam a violência, mas a população guineense não responde a estes apelos à violência. Por outras palavras, a observação eleitoral internacional enquanto fator crítico *per se* na ocorrência de violência eleitoral na Guiné-Bissau revela-se limitado e deve ser analisado em interação com outros fatores endógenos relacionados com a própria história de violência política no país.

Refira-se ainda que este estudo apresenta algumas limitações, nomeadamente devido aos constrangimentos colocados pelo contexto pandémico que vivemos ao longo do mesmo, que não permitiu uma proximidade necessária junto dos intervenientes, tendo também uma amostra limitada.

Para investigações futuras, destaca-se a extensão deste estudo a noutros países da CPLP, de forma a avaliar e fazer uma comparação direta entre os países da organização para, posteriormente, perceber o que há de comum e de diferente na violência eleitoral destes países e na forma como a observação eleitoral é desenvolvida. Além disso, sugere-se ainda a análise nas zonas rurais e ou remotas, nomeadamente a perceção da população local relativamente às MOE.

## Bibliografia

- Abbink J. & Hesselning G. (eds) (2000). *Democratization in Africa: The Role of Election Observation*. London: Palgrave Macmillan.
- Agência Lusa (2018). *Guiné-Bissau/Eleições: Ficha Técnica*. Diário de Notícias. Disponível em: <https://www.dn.pt/lusa/guine-bissau/eleicoes-ficha-tecnica-10660973.html> [consultado a 19 de setembro de 2021]
- Agência Lusa (2019a). *Eleições na Guiné-Bissau. Processo foi "tranquilo, pacífico e ordeiro", elogia a CPLP*. Diário de Notícias. disponível em: <https://www.dn.pt/mundo/eleicoes-na-guine-bissau-processo-foi-tranquilo-pacifico-e-ordeiro-elogia-a-cplp-11548727.html> [consultado a 20 de setembro de 2021]
- Agência Lusa (2019b). *Guiné-Bissau: "Repressão de protesto agrava desconfiança sobre processo eleitoral", diz Presidente*. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/guin%C3%A9-bissau-repress%C3%A3o-de-protesto-agrava-desconfian%C3%A7a-sobre-processo-eleitoral-diz-presidente/a-51007558> [consultado a 21 de setembro de 2021]
- Almeida, C. (2020). Violence in African Elections: Between Democracy and Big Man Politics. *African Studies Review*, 63(3), E13-E15.
- Azevedo, E. (2009). *O semipresidencialismo na Guiné-Bissau: inocente ou culpado da instabilidade política? O semipresidencialismo nos países de língua portuguesa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 139-170.
- Banco Mundial (2018). *Guiné-Bissau Aspectos gerais*. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/guineabissau/overview> [consultado a 20 de setembro de 2021]
- Beaulieu, E., & Hyde, S. D. (2009). In the Shadow of Democracy Promotion: Strategic Manipulation, International Observers, and Election Boycotts. *Comparative Political Studies*, 42(3), 392–415.
- Birch, S., Daxacker, U. & Høglund, K. (2020). Electoral violence: An introduction. *Journal of Peace Research*, 57(1), 3-14.
- Birch, S. & Muchlinski, D. (2018). Electoral violence prevention: what works? *Democratization*, 25(3), 385-403. <https://doi.org/10.1080/13510347.2017.1365841>.
- Bogdan, R. & Blinken, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação. Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Bruneau, T. (2017). The Guinea-Bissau Case. In Shemella, P. & Tomb, T. (eds.), *Security forces in African states: cases and assessment*. Rapid Communications in Conflict and Security (RCCS) Series. Disponível em: <https://core.ac.uk/reader/81224180> [consultado a 20 de setembro de 2021]
- Burchard, S. (2015). *Electoral Violence in Sub-Saharan Africa: Causes and Consequences*. FirstForumPress
- Burchard, S. M., & Simati, M. (2019). The Role of the Courts in Mitigating Election Violence in Nigeria. *Cadernos de Estudos Africanos*, (38), 123-144.
- Carothers, T. (1997). The Observers Observed. *Journal of Democracy* 8 (3), 17–31.
- Có, J. R. B. (2010). Representação e confinamento de estruturas sociais na Guiné-Bissau: uma abordagem sobre conflitos e consensos. *Socius Working Papers*, 11/2010.
- Comissão Nacional de Eleições [CNE] (2019). *Relatório Final das Eleições Legislativas e Presidenciais*.
- Condra, L., Long, J., Shaver, A. & Wright, A. (2018). The Logic of Insurgent Electoral Violence. *American Economic Review*, 108(11), 3199–3231.

- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa [CPLP] (s.d.). *Histórico – Como Surgiu?* [Em linha]. [Consultado em 16 de dezembro de 2021]. Disponível em: <https://www.cplp.org/id-2752.aspx>.
- CPLP Estatutos (s. d.). *Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa* [Em linha]. [Consultado em 16 de dezembro de 2021]. Disponível em [http://www.cplp.org/Files/Filer/cplp/CCEG/IX\\_CCEG/Estatutos-CPLP.pdf](http://www.cplp.org/Files/Filer/cplp/CCEG/IX_CCEG/Estatutos-CPLP.pdf).
- CPLP (2009). *Relatório da Missão de Observação da CPLP à segunda volta das eleições presidenciais da Guiné-Bissau de 26 de julho de 2009*. Disponível em: <https://www.ap-cplp.org/docs/MOE-Guine2/RelatorioFinalMOEGB.pdf> [consultado a 20 de setembro de 2021]
- CPLP (2019a). *Missão de Observação com intensa agenda em Bissau*. Disponível em: <https://www.cplp.org/id-4447.aspx?Action=1&NewsId=8601&M=NewsV2&PID=10872> [consultado a 21 de setembro de 2021]
- CPLP (2019b). *Declaração Preliminar da MOE-CPLP às Eleições Presidenciais na Guiné-Bissau*. Disponível em: <https://www.cplp.org/id-4447.aspx?Action=1&NewsId=8610&M=NewsV2&PID=10872> [consultado a 21 de setembro de 2021]
- CPLP MOE (s. d.). *MOE-CPLP* [Em linha]. [Consultado em 17 de dezembro de 2021]. Disponível em: <https://www.cplp.org/id-4483.aspx>.
- Daxecker, U. E. (2012). The cost of exposing cheating: International election monitoring, fraud, and post-election violence in Africa. *Journal of Peace Research*, 49(4), 503-516.
- Daxecker, U. E. (2014). All quiet on election day? International election observation and incentives for pre-election violence in African elections. *Electoral Studies*, 34, 232-243.
- Diário de Notícias (2005). *Violência em Bissau provoca três mortos entre apoiantes de Kumba*. Disponível em: <https://www.dn.pt/arquivo/2005/violencia-em-bissau-provoca-tres-mortos-entre-apoiantes-de-kumba-603904.html> [consultado a 21 de setembro de 2021]
- Dodsworth, S. (2019). Double standards: the verdicts of western election observers in sub-Saharan Africa. *Democratization*, 26(3), 382-400.
- Expresso (2020). *Guiné-Bissau. Cronologia de uma crise política*. Disponível em: <https://expresso.pt/internacional/2020-03-02-Guine-Bissau.-Cronologia-de-uma-crise-politica> [consultado a 21 de setembro de 2021]
- Ferreira, P. (2004). Guine-Bissau. *African Security Review*, 13(4), 44-56.
- Fjelde, H., & Höglund, K. (2016). Electoral Institutions and Electoral Violence in Sub-Saharan Africa. *British Journal of Political Science*, 46(2), 297-320.
- Fortin, M.-F. (2009). *Fundamentos e etapas do processo de investigação*. Loures: Lusodidacta.
- Furtado, A. (2005). *Administração e Gestão da Educação na Guiné-Bissau: Incoerências e Descontinuidades*. Tese de Doutoramento em Ciências da Educação. Universidade de Aveiro: Departamento de Ciências da Educação.
- Garrido, J. (2020). *Missões de Observação Eleitoral no Sul Global – o caso da Guiné-Bissau*. Universidade do Minho.
- Goldsmith, A. A. (2015). Electoral violence in africa revisited. *Terrorism and Political Violence*, 27(5), 818-837.
- Gutiérrez-Romero, R. & LeBas, A. (2020). Does electoral violence affect vote choice and willingness to vote? Conjoint analysis of a vignette experiment. *Journal of Peace Research*, 57(1), 77-92.
- Hyde, S. (2011). *The pseudo-democrat's dilemma: why election observation became an international norm*. Ithaca: Cornell University Press.

- Jornal de Notícias (2005). *Campanha eleitoral instiga violência*. Disponível em: <https://www.jn.pt/arquivo/2005/campanha-eleitoral-instiga-violencia-504463.html> [consultado a 21 de setembro de 2021]
- Kelley, J. (2009). D-minus Elections: The Politics and Norms of International Election Observation. *International Organization*, 63(4), 765–87.
- Kelley, J. (2011). Do International Election Monitors Increase or Decrease Opposition Boycotts? *Comparative Political Studies*, 44(11), 1527–1556.
- Kelley, J. (2012). *Monitoring democracy: When international election observation works, and why it often fails*. Princeton: Princeton University Press.
- Kovacs, S., & Bjarnesen, J. (2018). *Violence in African elections: between democracy and Big Man politics*. London: Nordic Africa Institute.
- Laakso, L. (2002). The Politics of International Election Observation: The Case of Zimbabwe in 2000. *The Journal of Modern African Studies* 40(03), 437 – 464. <https://doi.org/10.1017/S0022278X02003993>
- Long, J., Kanyinga, K., Ferree, KE, & Gibson, C. (2013). Eleições de 2013 no Quênia: escolhendo a paz em vez da democracia. *Journal of Democracy*, 24 (3), 140-155.
- Lopes, E. R. (2008). *CPLP e Lusofonia: de Conceito Multicultural a Vector Portador de Futuro*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.
- Lynch, G. & VonDoepp, P. (2020). *Routledge Handbook of Democratization in Africa*. New York: Routledge.
- Mendes, L. (2010). *Democracia na Guiné-Bissau: Por uma mudança de mentalidades*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Universidade de Coimbra: Faculdade de Economia.
- Ministério dos Negócios Estrangeiros [MNE] (2020). *Observação Eleitoral*. Portal Diplomático [Em linha]. [Consultado em 18 de dezembro de 2021]. Disponível em <https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/sobre-nos/carreiras-e-oportunidades/observacaoeleitoral#principios>.
- Missão de Observação Eleitoral da União Europeia [MOE-EU] (2005). *Relatório final: eleições presidenciais da Guiné-Bissau, 2005* [Em linha]. [Consultado em 17 de dezembro de 2021]. Disponível em [https://eeas.europa.eu/archives/eueom/pdf/missions/final\\_report\\_en.guineabissau.pdf](https://eeas.europa.eu/archives/eueom/pdf/missions/final_report_en.guineabissau.pdf).
- MOE-UE (2009). *Relatório Final: eleições presidenciais da Guiné-Bissau, 2009*.
- MOE-UE (2014). *Relatório final: eleições presidenciais e legislativas da Guiné-Bissau, 2014* [Em linha]. [Consultado em 16 de dezembro de 2021]. Disponível em: [https://eeas.europa.eu/archives/eueom/missions/2014/guinea-bissau/pdf/eueomguineabissau-final-report\\_en.pdf](https://eeas.europa.eu/archives/eueom/missions/2014/guinea-bissau/pdf/eueomguineabissau-final-report_en.pdf).
- Moreira, P. (2016). *Observação internacional de eleições na Terceira Onda: Haiti e México em perspectiva comparada*. Tese Doutorado em Relações Internacionais. Brasília: Universidade de Brasília.
- Mourão, F. A. A. (2002). Avaliação Crítica da CPLP – o Projeto, seus Mecanismos e Viabilidade Política. In *Seminário CPLP – Oportunidades e Perspectivas*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão/Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais.
- National Democratic Institute (2014). *Monitoring and mitigating electoral violence*. Disponível em: <https://www.ndi.org/sites/default/files/Monitoring-and-Mitigating-Electoral-Conflict.pdf> [consultado a 18 de setembro de 2021]
- Nicolau, V. H. (2002). Poder, clientelismo e violência política no Zimbabwe: a Terceira Chimurenga. *Cadernos de Estudos Africanos*, (2), 167-185.
- Omotola, S. (2010). Explaining electoral violence in Africa’s ‘new’ democracies. *African Journal on Conflict Resolution*, 10(3), 51-73.

- Organização das Nações Unidas [ONU] (2005). *Declaração dos princípios de observação eleitoral internacional e código de conduta para observadores eleitorais internacionais*. Nova Iorque: ONU. [Consultado em 18 de dezembro de 2021]. Disponível em [https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/declprincp\\_oberveleitoral.pdf](https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/declprincp_oberveleitoral.pdf).
- Peixoto, L. (2019). *O Método de Estudo de Caso na Metodologia da Pesquisa Científica e o Método de Caso no Processo Didático de Ensino Aprendizagem: uma análise comparativa entre suas características, suas vantagens e desvantagens*. XVI SEGeT - Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. Brasil, Faculdade Dom Bosco.
- Pinhel, H. A. (2018). TÍTULO: ALTERAÇÃO (A) NORMAL E (IM) PREVISÍVEL DA ORDEM CONSTITUCIONAL NO ESTADO DE DIREITO E DEMOCRÁTICO SUB-TÍTULO: AS CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS E INSTITUCIONAIS DA INSTABILIDADE POLÍTICA E GOVERNATIVA-CASO" IN FACTUM" NA GUINÉ-BISSAU (Doctoral dissertation, Universidade de Coimbra).
- Pinto, J. F. (2005). *Do Império Colonial à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Continuidades e Descontinuidades*. Lisboa: Instituto Diplomático.
- Público (2009). *Guiné-Bissau: candidato às presidenciais de 28 de Junho assassinado a tiro em sua casa*. Disponível em: <https://www.publico.pt/2009/06/05/mundo/noticia/guine-bissau-candidato-as-presidenciais-de-28-de-junho-assassinado-a-tiro-em-sua-casa-1385182> [consultado a 21 de setembro de 2021]
- Rizzi, K. R., & Bernardino, L. M. B. (2020). A “identidade da CPLP no domínio da defesa”: uma visão ampliada para a cooperação em defesa. *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*, 6(2), 205-231.
- Rudebeck, L. (2001). *Colapso e reconstrução política na Guiné-Bissau 1998-2000, Um estudo de democratização difícil*, Uppsala, Nordiska Afrikainstitutet
- Salehyan, I., & Linebarger, C. (2015). Elections and social conflict in Africa, 1990–2009. *Studies in Comparative International Development*, 50(1), 23-49.
- Sangreman, C., Júnior, F., Zeverino, G. & Barros, M. (2006). *A evolução política recente na Guiné-Bissau - as eleições presidenciais de 2005 - os conflitos - o desenvolvimento - a sociedade civil*. Lisboa: Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.
- Sangreman, C., Proença, F. & Martins, L. (2016). *Guiné-Bissau: A Evolução 2010-2016*. Working Paper CEAs CSG 148 / 2016.
- Sarmiento, J. C. V. (2019). *A observação eleitoral internacional e a consolidação da democracia: o papel da União Europeia em África e em Moçambique* (E-book). Braga: CECS - Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade.
- Serviço Europeu para a Ação Externa [SEAE] (2016). *Handbook for EU Election Observation*. Luxemburgo: Publications Office of the European Union. [Consultado em 18 de dezembro de 2021]. Disponível em [https://eeas.europa.eu/sites/eeas/files/handbook\\_for\\_eu\\_eom\\_2016.pdf](https://eeas.europa.eu/sites/eeas/files/handbook_for_eu_eom_2016.pdf).
- Severo, C. G. (2016). *Lusofonia, Colonialismo e Globalização*. Florianópolis: Fórum Linguístico.
- Semedo, R. (2021). *PAIGC a face do monopartidarismo na Guiné-Bissau (1974 a 1990)*. Working Paper CESA CSG 182/2021.
- Smidt, H. (2016). From a perpetrator’s perspective: International election observers and post-electoral violence. *Journal of Peace Research*, 53(2), 226-241.
- Straus, S., & Taylor, C. (2009). Democratização e violência eleitoral na África Subsaariana, 1990-2007. In *APSA 2009 Toronto Meeting Paper*
- Tribunal de Contas Europeu [TCE] (2017). *Relatório Especial n.º 22 | Missões de Observação Eleitoral – foram enviados esforços para dar seguimento às recomendações, mas é necessário um melhor acompanhamento*. Luxemburgo: União Europeia.



- Ture, I. (2017). The Challenges of Democratization and Good Governance in Guinea-Bissau. *Journal of Public Administration and Governance*, 7(2), 130-143.
- United Nations Office for West Africa and the Sahel [UNOWAS] (2017). *Understanding Electoral Violence to Better Prevent it*. <https://unowas.unmissions.org/understanding-electoral-violence-better-prevent-it>.
- Vasciannie, L. (2018). A Organização dos Estados Americanos: Evolução da Observação Eleitoral no Sistema Interamericano 1962-2017. *Revista Caribenha de Relações Internacionais e Diplomacia*, 5 (1).
- von Borzyskowski, I. (2019). The Risks of Election Observation: International Condemnation and Post-Election Violence. *International Studies Quarterly*, 63(3), 654–667.
- Yin, R. (2009). *Case study research: design and methods* (4<sup>th</sup>). Los Angeles: Sage.



## Anexos

### Anexo A – Resultados das Eleições da Guiné-Bissau (20014-2019)

Quadro de resultado das eleições presidenciais da Guiné-Bissau 2019									
1ª volta Data da Eleição (D/M/A)	Nº	Nome de candidato	Total de votos	Percentu al	2ª volta Datada Eleição (D/M/A)	Nº	Nome de candidato	Total de votos	Percentual
24/11/20 19	1	Mutaro Intai Djabi	2 385	0,43	29/12/2019	1	Domingos Simões Pereira	254 468	46,45%
	2	Domingos Simões Pereira	222 870	40,13					
	3	Vicente Fernandes	4 250	0,77					
	4	António Afonso Té	1 061	0,19					
	5	Nuno Gomes Nabiam	73 063	13,16					
	6	Baciro Djá	7 126	1,28					
	7	Carlos gomes júnior	14 766	2,66		2	Umaro Sissoco Embaló	293 359	53,55%
	8	Gabriel Fernando Indi	1 982	0,36					
	9	Idriça Djaló	2 569	0,46					
	10	José Mário Vaz	68 933	12,41					
	11	Umaro Sissoco Embaló	153 530	27,65					
	12	Mamadu Iaia Djaló	2 813	0,51					
1ª volta					2ª volta				
1	Inscritos				1	Inscritos	761 676		
2	Votantes	566 473	74,37		2	Votantes	553 521	72,67%	
3	Votos validos	555 348	100,00		3	Votos validos	547 827	98,97%	
4	Votos nulos	5 304	0,94		4	Votos nulos	2 228	0,40%	
5	Votos em branco	5 821	1,03		5	Votos em branco	3 466	0,62%	
6	Abstenção	195 203	25,63		6	Abstenção	208 155	27,33%	
7	Votos em protesto /reclamação	0	0,00%		7	Votos em protesto /reclamaçã o	0	0,00%	

**Quadro de resultado das eleições presidências da Guiné-Bissau 2014**

1ª volta Data da Eleição (D/M/A)	Nº	Nome de candidato	Total de votos	Percentual	2ª volta Data da Eleição (D/M/A)	Nº	Nome de candidato	Total de votos	Percentual
13/04/2014	1	Aregado Mantenque Té	7 269	1,15%	13/05/2014	1	José Mário Vaz	364 394	61,9
	2	Abel Incada	43 890	6,97%					
	3	Paulo gomes	65 490	10,40%					
	4	José Mário Vaz	257 572	40,89%					
	5	Ibraima Sori Djaló	19497	3,10%					
	6	Jorge Malú	6125	0,97%					
	7	António Afonso Té	18808	2,99%					
	8	Nuno gomes Nabiam	156163	24,79%		2	Nuno Gomes Nabiam	224 089	38,1
	9	Hélder J. Vaz G. Lopes	8888	1,41%					
	10	Mamadú Iaia Djaló	28535	4,53%					
	11	Domingos Quadé	8607	1,37%					
	12	Cirilo a. R. De oliveira	2070	0,33%					
	13	Luís Nancassa	7012	1,11%					
1ª vota					2ª vota				
1	Votos validos		629 926	91,38%	1	Votos validos		588 483	97,02%
2	Em branco		39 532	5,73%	2	Em branco		7 884	1,30%
3	Nulos		19 867	2,88%	3	Nulos		10 169	1,68%
4	Protestos		0	0,00%	4	Protestos		0	0,00%
5	Votantes		689 325	88,89%	5	Votantes		606 536	78%
6	Inscritos		775 508		6	Inscritos		775 508	-----
7	Tax part. Em (%)		88,89		7	Tax part. Em (%)			78,21
8	Abstenção em (%)		11,11		8	Abstenção em (%)			21,79

**Quadro de resultado das eleições presidências da Guiné-Bissau 2012**

1ª volta Data da Eleição (D/M/A)	Nº	Nome de candidato	Total de votos	Percentual	2ª volta Data da Eleição (D/M/A)	Nº	Nome de candidato	Total de votos	Percentual
18/03/2012	1	Carlos Gomes Júnior	154797	48,97		1	Não houve 2ª volta devido golpe Estado		
	2	Kumba Yala	73842	23,36					
	3	Manuel Serifo Nhamadjo	49769	15,74					
	4	Henrique P. Rosa	17070	5,40					
	5	Baciro Dja	10298	3,26					
	6	Vicente Fernandes	3300	1,04					
	7	Aregado Mantenque Té	4396	1,39					
	8	Serifo Balde	1463	0,46					
	9	Luís Nancassa	4396	1,39					
1ª volta					2ª volta				
1	Votos validos		316107	100	1	Votos validos		Não houve 2ª volta devido golpe Estado	
2	Em branco		4208	0,71	2	Em branco			
3	Nulos		6084	1,02	3	Nulos			
4	Protestos		--	---	4	Protestos			
5	Votantes		326399	54,97	5	Votantes			
6	Inscritos		593765	-----	6	Inscritos			
7	Tax part. Em (%)		---	100	7	Tax part. Em (%)			
8	Abstenção em (%)		---	---	8	Abstenção em (%)			

Quadro de resultado das eleições presidências da Guiné-Bissau 2009

1ª volta Data da Eleição (D/M/A)	Nº	Nome de candidato	Total de votos	Percentual	2ª volta Data da Eleição (D/M/A)	Nº	Nome de candidato	Total de votos	Percentual
28/06/2009	1	Baciro Dabo	-----	-----	29/07/2009	1	Malam Bacai Sanhá	224 259	63,31%
	2	Francisca Vaz Turpin	1 219	0,36%					
	3	Serifo Baldé	1 794	0,53%					
	4	Pedro Infanda							
	5	Aregado Mantenque Té	1 736	0,51%					
	6	Malam Bacai Sanhá	133 786						
	7	Henrique Pereira Rosa	81 751	24,19%					
	8	Luís Nancassa	1 195	0,35%					
	9	Kumba Yalá	99 428	29,42%					
	10	João Cardoso	4 115	1,22%					
	11	Mamadu Iaia Djaló	10 495	3,11%					
	12	Paulo Mendonça	949	0,28%					
	13	Ibraima Djaló	1 489	0,44%		2	Kumba Yalá	129 973	36,69%
1	Votos validos	337 957	94,84%						
2	Em branco	5 295	1,49%						
3	Nulos	13 088	3,67%						
4	Protestos	0	0,00%						
5	Votantes	356 340	-----						
6	Inscritos	593 765	-----						
7	Tax part. Em (%)	60	-----						
8	Abstenção em (%)	40	-----						
1	Votos validos	354 232	97,69%						
2	Em branco	4 093	1,13%						
3	Nulos	4 268	1,18%						
4	Protestos	0	0,00%						
5	Votantes	362 593	-----						
6	Inscritos	593 765	-----						
7	Tax part. Em (%)	61	-----						
8	Abstenção em (%)	39	-----						

Quadro de resultado das eleições presidências da Guiné-Bissau 2005

1ª volta Data da Eleição (D/M/A)	Nº	Nome de candidato	Total de votos	Percentual	2ª volta Data da Eleição (D/M/A)	Nº	Nome de candidato	Total de votos	Percentual
19/06/2005	1	Malam Bacai Sanha	158276	35,45 %	24/07/2005	1	João Bernardo Vieira	216167	52,35%
	2	João Bernardo Vieira	128918	28,87					
	3	Koumba Yala	111606	25,00 %					
	4	Francisco Jose Fadul	12733	2,85 %					
	5	Aregado Mantenque Té	9000	2,02 %					
	6	Mamadu Iaia Djalo	7112	1,59					
	7	Mário Lopes da Rosa	4863	1,09					
	8	Idrissa Djalo	3604	0,81					
	9	Adelino mano Queita	2816	0,63 %					
	10	Faustino Fodut Imbali	2330	0,52 %					
	11	Impossa lé	2215	0,50 %					
	12	Antonieta Rosa Gomes	1378	0,31 %					
	13	João Tatis Sá	1378	0,31 %		2	Malam Bacai Sanha	196759	47,65%
1ª volta					2ª volta				
1	Votos validos	446493	100,00 %	1	Votos validos	-----	-----		
2	Em branco	13239	2,46 %	2	Em branco	5362	1,27%		
3	Nulos	10516	1,95	3	Nulos	4129	0,98%		
4	Protestos	1595	0,30 %	4	Protestos	562	0,13%		
5	Votantes	471843	87,63 %	5	Votantes	422978	78,55%		
6	Inscritos	538471	100,00 %	6	Inscritos	538472	100,00%		
7	Tax part. Em (%)	-----	-----	7	Tax part. Em (%)	-----	-----		
8	Abstenção em (%)	66628	12,37 %	8	Abstenção em (%)	115494	21,45%		

Quadro de resultado das eleições legislativa 2019					
Data da Eleição (D/M/A)	Nº	Partido	Total de votos	Percentual	Mandato
	1	MADEM G-15	126935	26,5%	27
	2	PCD	9864	0; 0,0%	0
	3	PAIGC	212 148	46,1%	47
	4	MP	5756	0; 0,0%	0
	5	CD	2444	0; 0,0%	0
	6	APU-PDG	51049	4,9%	5
	7	PND	9019		1
	8	UM	8535		1
	9	UPG	4407	0; 0,0%	0
	10	PDD	861	0; 0,0%	0
	11	PUN	958	0; 0,0%	0
	12	CNA	6005	0; 0,0%	0
	13	PMP	755	0; 0,0%	0
	14	FREPASNA	13926	0; 0,0%	0
	15	RGB-MB	6959	0; 0,0%	0
	16	MDG	2789	0; 0,0%	0
	17	PRID	2622	0; 0,0%	0
	18	PJRT-PFD	2849	0; 0,0%	0
	19	MGD	4542	0; 0,0%	0
	20	PSD	2854	0; 0,0%	0
	21	PRS	127104	20,6%	21
	Nº		Total	Percentual	
	1	Votos validos	602381	79,1%	
	2	Em branco	21877	2,9%	
	3	Nulos	20827	2,7%	
	4	Protestos		0,0%	
	5	Votantes	645085	-----	
	6	Inscritos	761676	-----	
	7	Tax part. Em (%)	-----	-----	
	8	Abstenção em (%)	15,3%		



Quadro de resultado das eleições legislativa 2014

Data da Eleição (D/M/A)	Nº	Partido	Total de votos	Percentual	Mandato
	1	PAIGC	281 408	47,98%	57
	2	PRS	180 432	30,76%	41
	3	PND	28 581	4,87%	1
	4	PCD	19 757	3,37%	2
	5	PRID	17 919	3,06%	0
	6	UPG	10 919	1,86%	0
	7	UM	10 803	1,84%	1
	8	RGB	9 502	1,62%	0
	9	PRN	7 903	1,35%	0
	10	MP	4 101	0,70%	0
	11	PUSD	4 048	0,69%	0
	12	PT	3 659	0,62%	0
	13	PSGB	3 480	0,59%	0
	14	PSD	2 302	0,39%	0
	15	FDS	1 710	0,29%	0
Nº			Total	Percentual	
1		VOTOS VALIDOS	586 524	85,39%	
2		EM BRANCO	64 405	9,38%	
3		NULOS	35 947	5,23%	
4		PROTESTOS	0	0,00%	
5		VOTANTES	686 876	88,57%	
6		INSCRITOS	775 508		
7		TAX PART. EM (%)		88,57	
8		ABSTENÇÃO EM (%)		11,43	

Quadro de resultado das eleições legislativa 2008					
Data da Eleição (D/M/A)	Nº	Partido	Total de votos	Percentual	Mandato
	1	PAIGC	227 350	49,52%	67
	2	PRS	115 755	25,21%	28
	3	PRID	34 341	7,48%	3
	4	PT	12 600	2,74%	0
	5	PND	10 726	2,34%	1
	6	PUSD	7 700	1,68%	0
	7	PADEC	7 076	1,54%	0
	8	AD	6 321	1,38%	1
	9	PSD	7 096	1,55%	0
	10	AFP	5 869	1,28%	0
	11	CD	5 438	1,18%	0
	12	PPD	5 353	1,17%	0
	13	PP	3 095	0,67%	0
	14	PDG	2 291	0,50%	0
	15	UPG	2 809	0,61%	0
	16	PDS	1 697	0,37%	0
	17	UNDP	1 328	0,29%	0
	18	PRN	783	0,17%	0
	19	PS-GB	639	0,14%	0
	20	MDG	638	0,14%	0
	21	LIPE	233	0,05%	0
N					
1		VOTOS VALIDOS	459 138	94,30%	
2		EM BRANCO	15 712	3,23%	
3		NULOS	12 023	2,47%	
4		PROTESTOS	0	0,00%	
5		VOTANTES	486 873	82,00%	
6		INSCRITOS	593 739		
7		TAX PART. EM (%)		82	
8		ABSTENÇÃO EM (%)		18	

Quadro de resultado das eleições legislativa 2004					
Data da Eleição (D/M/A)	Nº	Partido	Total de votos	Percentual	Mandato
	1	PAIGC	145 316	33,88%	45
	2	PRS	113 656	26,50%	35
	3	PUSD	75 485	17,60%	17
	4	CPU	20 700	4,83%	0
	5	UE	18 354	4,28%	2
	6	PDS	8 789	2,05%	0
	7	UM	8 621	2,01%	0
	8	RGB	7 918	1,85%	0
	9	PUN	6 260	1,46%	0
	10	APU	5 817	1,36%	1
	11	UNDP	5 042	1,18%	0
	12	FCG-SD	4 209	0,98%	0
	13	MDG	4 202	0,98%	0
	14	MANIF.	3 402	0,79%	0
	15	PS-GB	1 166	0,27%	0
Nº					
1		VOTOS VALIDOS	428 937	93,20%	
2		BRANCOS	19 682	4,28%	
3		NULOS	10 420	2,26%	
4		PROTESTOS	1 215	0,26%	
5		VOTANTES	460 254	76,25%	
6		INSCRITOS	603 639		
7		ABSTENÇÃO EM (%) 24		23,75%	

Fonte: elaborado pelo autor com dados de CNE



### **B.1. Apresentação**

- O meu nome é Tony Mendes, sou estudante do Mestrado em Estudos Africanos no Instituto Universitário de Lisboa – ISCTE – IUL (ver declaração em anexo);

- A minha investigação consiste num estudo sobre violência eleitoral na Guiné-Bissau entre 2004 e 2019, com o objetivo de analisar o papel da observação eleitoral internacional nos processos eleitorais.

### **B.2. Objetivo da entrevista**

Gostaria de lhe levantar algumas questões sobre a ocorrência de violência eleitoral na Guiné-Bissau e de como a observação eleitoral internacional foi monitorizando os vários processos eleitorais no país desde 2004.

### **B.3. Duração da entrevista**

Prevê-se uma duração máxima de 25-30 minutos.

### **B.4. Autorização para gravar e confidencialidade**

- Antes de iniciar a entrevista, gostaria de lhe perguntar se posso gravar a entrevista e se posso tomar notas. A gravação bem como as notas serão utilizadas exclusivamente para esta investigação académica e serão guardadas no computador pessoal garantido a segurança e confidencialidade dos entrevistados através de uma encriptação de dados.

- Por favor, sinta-se à vontade sempre que desejar que interrompa a gravação ou as notas para partilhar algo *off the record*.

1. A violência eleitoral é um fenómeno que marca vários processos eleitorais na África Subsariana. Na sua opinião, o que explica este fenómeno?
2. A instabilidade política (golpes de Estado) na sequência de processos eleitorais parece ser algo recorrente na Guiné-Bissau. Na sua opinião, por que razão tal acontece? Como vê o

fenómeno da violência eleitoral no país, também comparativamente a outros países africanos como o Quênia, por exemplo?

3. Como seriam os processos eleitorais na Guiné-Bissau sem a presença observadores internacionais eleitorais? Em que situações é que estas missões não previnem a violência eleitoral, acabando inclusivamente por a incentivar?
4. Fazer pergunta para os OEI com exemplo de uma eleição em que tenha havido violência eleitoral, mas que a missão tenha feito uma avaliação positiva da eleição. Concorda com a tese de que uma crítica por parte dos OEI à credibilidade do processo eleitoral pode encorajar a violência pós-eleitoral, sobretudo por parte dos candidatos da oposição?
5. Pode falar-me das missões de observação internacional de X nas eleições X, Y, Z, nomeadamente em que momento do processo eleitoral são levadas a cabo, os principais desafios que a missão enfrentou e as respectivas estratégias de prevenção de violência eleitoral utilizadas? A missão fez em algum momento alguma crítica a algum processo eleitoral na Guiné-Bissau? Se sim, quando e porquê? Por outro lado, o que fez a missão para mitigar as crises eleitorais de X, Y; Z.
6. Quando e porquê os partidos políticos recorrem à violência nos processos eleitorais ou na sua sequência?
7. Por que razão os resultados eleitorais têm sido sempre contestados nos últimos 15 anos na Guiné-Bissau, se todos os relatórios de observadores internacionais são sempre positivos?
8. Fazer pergunta para o grupo partidos políticos com exemplo de uma eleição em que não tenha havido violência eleitoral e outra em que tenha havido e procurar perceber por que razão numa houve e noutra não? E se os OEI tiveram algum papel nessa diferença? Procurar também fazer perguntas aos membros dos partidos sobre comportamentos concretos do respectivo partido em relação ao uso de violência eleitoral na eleição X
9. A par dos observadores eleitorais internacionais, as organizações da sociedade civil na Guiné-Bissau têm também procurado monitorizar algum processo eleitoral na Guiné-Bissau? Se sim, em que eleições e como exactamente, através de que meios? Que desafios

enfrentaram nessa monitorização? A avaliação que essas organizações/a sua organização fizeram aos processos eleitorais foi diferente da feita pelas missões de observação eleitoral internacional?

## **B. Final**

Estamos quase a chegar ao fim desta entrevista.

**B.1.** Gostaria de lhe perguntar se considera importante analisar ou discutir algum outro aspecto que não tenha sido abordado adequadamente nesta entrevista. Aproveito também a oportunidade para lhe perguntar se recomenda a consulta ou leitura de alguma publicação ou de documentos relevantes relacionados com esta investigação. Por último, uma vez que necessito de entrevistar outros membros..., que nomes me poderia indicar e ou sugerir (e, se possível, a melhor forma de chegar até eles)?

**B.2.** Para terminar:

Se necessitar de utilizar/citar alguma parte desta entrevista, posso atribuir a mesma ao seu nome ou prefere que seja indicado como fonte anónima?

*Muito obrigada pela sua disponibilidade e precioso contributo*





Anexo C – Lista de Entrevistados

<b>Classificação</b>	<b>Cargo</b>	<b>Data</b>	<b>Local</b>
E1	Deputação da Nação	07/06/2021	Bissau
E2	Deputação da Nação (membro do partido PAIGC)	09/06/2021	Bissau
E3	Presidente de um partido político	12/06/2021	Bissau
E4	Membro da UNFPA na Guiné-Bissau	16/06/2021	Bissau
E5	Membro do PAIGC / Professor universitário	18/06/2021	Bissau
E6	Conselheiro jurídico na Guiné-Bissau de uma Organização	20/06/2021	Bissau
E7	Representante da UA	23/06/2021	Bissau
E8	Membro Partido União para a Mudança	27/06/2021	Bissau
E9	Advogado	03/07/2021	Bissau
E10	Antigo embaixador de um país na Guiné-Bissau / Professor universitário	07/07/2021	Bissau



Anexo D - Violência eleitoral na Guiné-Bissau (2004-2019)

Data da Eleição (D/M/A)	Tipo de Eleição	Sistema Eleitoral	Organismo de Gestão Eleitoral (Politizado/Não politizado)	Observação Eleitoral Internacional		Violência Eleitoral						
				Missão	Início (D/M/A) – Fim (D/M/A)	Pré-eleitoral		Durante a Eleição		Pós-Eleitoral		
						Tipo	Actor	Tipo	Actor	Tipo	Actor	
29/03/2004	Legislativa	Proporcional	CNE e o Governo da Guiné-Bissau através de MAPL e INEC	MOEUE MOE-CPLP MOEUA MOE-CEDEAO		Verbal e simbólico	PUSD, PRS e PAIG					
19/06/2005	Presidencial (1ª volta)	Maioritário de duas voltas	CNE, Governo da Guiné-Bissau através de MATPL e INEC	MOEUE MOE-CPLP MOEUA MOE-CEDEAO		Verbal e simbólico	Governo			Motins com 4 mortes	Governo (Forças Policiais)	
24/07/2005	Presidencial (2ª volta)	Maioritário de duas voltas	CNE, Governo da Guiné-Bissau através de MATPL e GTAPE	MOE-CEDEAO MOEUA MOEUE MOE-CPLP		Verbal e Simbólico	Apoiantes do Candidato Nino Vieira e do PAIGC			Verbal e simbólico	Candidato apoiado pelo PAIGC	
16/11/2008	Legislativa	Proporcional	CNE, Governo da Guiné-Bissau através de MATPL e GTAPE	MOEUA MOEUE MOE-CEDEAO MOE-CPLP		Verbal e simbólico	Partidos Políticos					
28/06/2009	Presidencial (1ª volta)	Maioritário de duas voltas	CNE, Governo da Guiné-Bissau através de MATPL e	MOEUA MOE-CEDEAO MOEUE MOE-CPLP		Assassinato do candidato a presidencial,	Militares					

			GTAPE			Deputado de Nação e 2 pessoas					
29/07/2009	Presidencial (2ª volta)	Maioritário de duas voltas	CNE, Governo da Guiné-Bissau através de MATPL e GTAPE	MOEUA MOE-CEDEAO MOEUE MOE-CPLP		Verbal e simbólico	Candidato do PRS, PAIGC e apoiantes de ambos candidatos				
18/03/2012	Presidencial (1ª volta)	Maioritário de duas voltas	CNE, Governo da Guiné-Bissau através de MATPL e GTAPE	MOEUA MOE-CEDEAO MOEUE MOE-CPLP	12 a 21/03/2012	Protestos	18 partidos Políticos de oposição	Assassinato de chefe Serviço Inteligência horas depois de encerramento de urnas	Militares	Verbal e simbólico e Golpe de Estado	Oposição e Militares
13/04/2014	Gerais Legislativa	Proporcional	CNE, Governo da Guiné-Bissau através de MATPL e GTAPE	MOEUA MOE-CEDEAO MOEUE MOE-CPLP		Verbal e simbólico	Governo e Grupo desconhecidos				
13/04/2014	Gerais Presidencial (1ª volta)	Maioritário de duas voltas	CNE, Governo da Guiné-Bissau através de MATPL e GTAPE	MOEUA MOE-CEDEAO MOEUE MOE-CPLP	05 a 16/04/2014	Verbal e simbólico	Governo				
13/05/2014	Gerais Presidencial (2ª volta)	Maioritário de duas voltas	CNE, Governo da Guiné-Bissau através de MATPL e GTAPE	MOEUA MOE-CEDEAO MOEUE MOE-CPLP						3 apoiantes do PAIGC foram atacados por tentativa de influenciar o resultado	
10/03/2019	Legislativa	Proporcional	CNE, Governo da Guiné-Bissau através de	MOEUA MOE-CEDEAO MOEUE		Verbal e simbólico	MADDEM-G15, PRS e PAIGC				

			MATPL e GTAPE	MOE-CPLP	25/02 a 14/03/2019						
24/11/2019	Presidencial (1ª volta)	Maioritário de duas voltas	CNE, Governo da Guiné-Bissau através de MATPL e GTAPE	MOEUA	19/11/2019 a 05/02/2020						
				MOE- CEDEAO							
				MOEUE							
				MOE-CPLP	16 a 26/11/2019						
29/12/2019	Presidencial (2ª volta)	Maioritário de duas voltas	CNE, Governo da Guiné-Bissau através de MATPL e GTAPE	MOEUA	19/11/2019 a 03/01/2020	Verbal e Simbólico	Governo				
				MOE- CEDEAO							
				MOEUE							
				MOE-CPLP	26/12/2019 a 02/01/2020						

**Legenda:**

CNE – Comissão Nacional de Eleições

GTAPE – Gabinete Técnico de Apoio ao Processo Eleitoral

MATPL- Ministério da Administração Territorial e Poder Local

INEC - Instituto Nacional de Estatística e Censos

MOEUA - Missão de Observação Eleitoral União Europeia

MOE-CEDEAO Missão de Observação Eleitoral da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

MOEUE - Missão de Observação Eleitoral da União Europeia

MOE-CPLP – Missão de Observação Eleitoral da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

PAIGC - Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde

PRS – Partido Para a Renovação Social

PUSD – Partido Unido Social Democrático

MADEM-G15 - Movimento para Alternância Democrática

**Fonte:**

<https://africanelections.tripod.com/gw.html>)

<https://acleddata.co>

<http://cne.gw/>

<https://www.cplp.org/>

<https://au.int/>

Relatório de missão de observação eleitoral de União Europeia 2005,2008,2009 e 2014.

## Anexo E – Curriculum Vitae



**Tony**  
Mendes

### CONTACTO

 Rua Gomes Leal N° 14, 3º  
Direito, null  
2810-226 Almada, Portugal

 [mendes89@live.com.pt](mailto:mendes89@live.com.pt)

 (+351) 937255766

### EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

06/01/2020 – 12/03/2020 – Lisboa, Portugal

#### ● Estágio Curricular

Fundação para Ciência e a Tecnologia (FCT)

2015 – 2017 – Bissau, Guiné-Bissau

#### ● Catequista

Paróquia São João Baptista-Brá.

2014 – Bissau, Guiné-Bissau

#### ● Formador

Comissão Nacional de Eleições (CNE) e a Comissão Justiça e Paz Direitos Humanos e Desenvolvimento

Formador dos Animadores Cívicos da Comissão Nacional de Eleições (CNE), Comissão Justiça e Paz Direitos Humanos e Desenvolvimento (CJPDHD), no quadro das Eleições Gerais de 2014.

2011 – 2017 – Bissau, Guiné-Bissau

#### ● Secretário

Comissão Justiça e Paz Direitos Humanos e Desenvolvimento do Sector Pastoral de Bissau.

2005 – 2009 – Bissau, Guiné-Bissau

#### ● Produtor e apresentador do programa radiofonico

Rádio Radiodifusão Nacional da República da Guiné-Bissau”.

2017 – Bissau, Guiné-Bissau

#### ● Curador

GLOBAL SHAPERS COMMUNITY BISSAU-HUB

### EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

ATUAL – Av.º das Forças Armadas, Lisboa, Portugal

#### ● Mestrando em Estudos Africanos

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE).

ATUAL – Av. Berna, 26 C, Lisboa, Portugal

#### ● Estudante de Pós-graduação em Globalização, Diplomacia e Segurança

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas -Nova FCSH

27/05/2020 – 05/06/2020 – Coimbra, Portugal

#### ● Curso de Formação Avançada, ELEIÇÕES: pensar os desafios

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

2017

#### ● Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais

Universidade Jean Piaget-Guine-Bissau, (UNIPIAGET)

2015 – Bissau, Guiné-Bissau

## CONFERÊNCIAS E SEMINÁRIOS

2017 > - Genebra Suíça

● **Reuniao Anual de Global Shapers Community**

## PASSATEMPOS E INTERESSES

● **Desporto e leitura**



● **Formação avançada em "Boa Governação Interna das Organizações da Sociedade Civil".**

UE-PAANE Programa de Apoio aos Actores Não Estatais

2012 – Bissau , Guiné-Bissau

● **Curso Intensivo sobre Metodologia de Estudo**

Instituto Superior Politécnico Benhoblo.

2011 – Bissau, Guiné-Bissau

● **Curso Prático de Jornalismo**

Agência Bissau Media e Publicação.

2013 – Bissau, Guiné-Bissau

● **12º Ano do Ensino Secundário**

Grupo Escolar " Docentes Unidos "

2009 – Bissau, Guiné-Bissau

● **Curso de Informática**

Centro de formação Técnico Profissional "Instituto de Ciências e Tecnologia (ICT) "

## COMPETÊNCIAS LINGUÍSTICAS

**LÍNGUA(S) MATERNA(S):** Manjaco

**OUTRA(S) LÍNGUA(S):**

**português**

<b>Compreensão oral</b> C1	<b>Leitura</b> C2	<b>Produção oral</b> C1	<b>Interação oral</b> B2	<b>Escrever</b> B2
-------------------------------	----------------------	----------------------------	-----------------------------	-----------------------

**inglês**

<b>Compreensão oral</b> A1	<b>Leitura</b> A1	<b>Produção oral</b> A1	<b>Interação oral</b> A1	<b>Escrever</b> A1
-------------------------------	----------------------	----------------------------	-----------------------------	-----------------------

**espanhol**

<b>Compreensão oral</b> A1	<b>Leitura</b> A1	<b>Produção oral</b> A1	<b>Interação oral</b> A1	<b>Escrever</b> A1
-------------------------------	----------------------	----------------------------	-----------------------------	-----------------------

## COMPETÊNCIAS DIGITAIS

Microsoft Office PowerPoint

## REDES E ASSOCIAÇÕES

2004 – ATUAL

● **Associação dos Jovens Pan-Africanistas Revolucionários da Guiné-Bissau (AJOPAR)**

Bissau